



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

10/03/2016 - 4ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião, que tem como finalidade avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China, para avaliarmos suas possíveis repercussões sobre a economia e a sociedade brasileiras.

Não vou estender-me sobre a importância da China como parceira comercial do Brasil, nem sobre a importância da China como investidora para os países de Terceiro Mundo e no Brasil.

Queremos discutir o que está acontecendo na China, para termos informações sobre o que está acontecendo hoje na economia chinesa, quando se anuncia uma relativa desaceleração do espetacular crescimento que vem marcando essa economia há muitos anos; a repercussão da retração, também, da economia brasileira sobre as nossas relações comerciais; entender um pouco também sobre o que está acontecendo na política chinesa, as mudanças que estão ocorrendo no seio do Partido Comunista Chinês, do governo chinês, na sociedade chinesa. Enfim, refletir um pouco sobre os cenários que se desenham diante de nós, diante das mudanças ocorridas na China, no Brasil e na economia mundial.

Temos como nossos convidados, em primeiro lugar, o Embaixador Sérgio Amaral, que é um dos mais destacados diplomatas de sua geração. Ele foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e chefiou importantes missões diplomáticas brasileiras. Entre outras atividades, é Presidente Emérito do Conselho Empresarial Brasil-China.

Foi também diretor do curso preparatório para vestibular na Faculdade de Direito, mantido pelo Centro Acadêmico 11 de agosto, em 1967, nomeado pelo presidente do centro acadêmico da época, que era exatamente este que vos fala. *(Risos.)*

Sérgio Amaral é meu colega de turma e, desde sempre, desde o tempo de estudante, já se destacava pelo seu brilho, pela sua inteligência e pelo seu excelente caráter.

Está também conosco o Embaixador José Alfredo Graça Lima, que também ostenta uma folha de serviços muito rica. Ele vai aposentar-se no próximo mês. Tomara que ele se beneficie da PEC da bengala e possa ficar mais tempo no serviço diplomático brasileiro. É um negociador competente na área comercial, foi representante permanente do Brasil na Comunidade Europeia, cônsul-geral em Nova York e em Los Angeles. Atualmente, é Subsecretário-Geral para a Ásia, Oceania e BRICS do Ministério das Relações Exteriores.

Outro convidado é Roger Agnelli, que foi, durante mais de uma década, diretor-presidente da Vale, a terceira maior empresa de mineração do mundo, responsável por uma das maiores estruturas de logística do Brasil. Ele comandou a Vale no momento em que a China passou a ser o principal mercado de destino das exportações brasileiras. Atualmente, é Diretor-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar e Presidente da AGN Participações.

Finalmente, temos como convidada também a Profª Larissa Larissa Wachholz, que é Mestre pela Renmin University da China, especialista pela Universidade de Pequim e atualmente Sócia-diretora da Vallya Negócios e Investimentos.

E também é fluente em mandarim, assim como o Embaixador Sérgio Amaral, imagino.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Mandarim, não.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Falo só um dialeto. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Alguns dialetos.

Antes de passarmos à audiência pública, eu pediria, para atendermos às formalidades regimentais, que o Senador Fernando Bezerra assumisse a Presidência por uns instantes porque vou relatar um projeto de decreto legislativo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso Presidente, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 8.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2016

- Não terminativo -

Aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do decreto legislativo que "aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (Idea), com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto".

Esse projeto de decreto legislativo vem da Câmara dos Deputados, onde tramitou por três comissões.

Conforme a exposição de motivos que acompanha este expediente, o Idea é uma organização intergovernamental, criada em 1995 e composta atualmente por 28 Estados-membros, que tem por objetivo prestar assistência técnica e desenvolver estudos e pesquisas sobre processos eleitorais, democracia e desenvolvimento. Ele é financiado por contribuições dos Estados-membros e de organizações como a Comissão Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Cada Estado-Membro define o valor de sua contribuição.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral manifestou, por meio de ofício, em 2015, o interesse na adesão do Brasil e afirmou que o tribunal assumiria a responsabilidade pelo pagamento das contribuições.

É uma área importante de cooperação internacional do Brasil, onde o País tem experiência, por ser dotado de uma Justiça Eleitoral, que raros países têm, independente, e por termos adotado sistema de apuração de votos, de coleta de sufrágios, o sistema eletrônico, que é um sistema que fornece confiabilidade e rapidez na apuração dos resultados eleitorais.

Portanto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao nosso Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito bem.

Passo, inicialmente, a palavra para o Embaixador Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão, meu caro Aloysio, na sua indicação de atividades que eu tive, vou-lhe dizer que, do ponto de vista sentimental, a melhor recordação que tenho é de quando trabalhei, na sua gestão, no Centro XI de Agosto, como Diretor do centro de estudos. Essa é mais uma razão da satisfação que tenho de estar hoje nesta Comissão, onde já estive algumas vezes no passado, e, sobretudo, de cumprimentar o Presidente da Comissão pela escolha desse tema da China.

A China é, cada vez mais, um país muito importante para o Brasil, mas, ao mesmo tempo, um país muito diferente, e, muito frequentemente, nós não nos damos conta da magnitude dessa diferença, que vem de longe.

Na verdade, nós nos acostumamos a ver e a participar de um mundo europeucêntrico, a China não tem nada a ver com este mundo. Ela não participa das mesmas heranças de que participamos, em termos de cultura e civilização do mundo greco-romano. Ela vê o mundo sob perspectivas diferentes. Ela não tem, como nós, os mesmos valores da democracia e da política. Ela não tem, como nós, o mesmo Direito.

Portanto, a relação com a China coloca, em primeiro lugar, um desafio cultural, inclusive a cultura de negócios da China é muito diferente da nossa. E coloca também uma questão de entendimento. Para ter relações políticas, econômicas e empresariais, é preciso entender como eles operam porque são diferentes, inclusive a cultura de negócio deles - e o Roger, que tem uma longa experiência nisso, poderá testemunhar - é bastante diferente.

Não obstante essas diferenças, a relação entre o Brasil e a China ampliou-se consideravelmente, numa grande velocidade, na área econômica e também, em certa medida, na área política. E a China representa para nós, hoje, grandes oportunidades e, ao mesmo tempo, grandes desafios. A grande questão para nós está em saber como tirar proveito dessas oportunidades e como resolver ou encaminhar os desafios, que são muitos. E é sobre isso que vou tentar apresentar algumas considerações, a partir da experiência, sobretudo, dos últimos cinco anos, quando ocupei a Presidência do Conselho Empresarial Brasil-China.

Só para se ter algumas ideias da dimensão da relação Brasil-China, o comércio do Brasil com a China na última década, dos anos 2003, 2004 até 2012, 2013, cresceu simplesmente 10 vezes. Os investimentos no período de 2007 a 2012 atingiram US\$60 bilhões, que foram anunciados, mas quase US\$30 bilhões que foram, efetivamente, materializados.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone.*) - Desculpa, 10 vezes que o senhor falou se refere a quê?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Comércio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Em que período?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - 2003, 2004 a 2012, cerca de 10 vezes, passaram de R\$4 bilhões a R\$30 bilhões. Os investimentos anunciados, quando fizemos a pesquisa no Conselho Empresarial - e o Roger viveu isso -, foram de US \$60 bilhões, mas os que já estão em fase de realização chegam perto de US\$30 bilhões. A China é o primeiro parceiro comercial do Brasil e o primeiro investidor em fluxo. Em termos de estoque, possivelmente, a Europa e os Estados Unidos ainda têm uma vantagem, mas, em termos de fluxo de investimentos, a China é o primeiro parceiro.

Esse intercâmbio comercial revela uma desigualdade, em primeiro lugar: 90% do que exportamos para a China são produtos primários.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Estou ouvindo um certo zum-zum. Eu pediria, por favor, aos nossos convidados que mantivessem o mais escrupuloso silêncio e se abstivessem de falar ao celular enquanto estiverem aqui, na galeria da Comissão.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Noventa por cento do que exportamos para a China são produtos primários, quase 90% do que a China exporta para nós são produtos industrializados. Esse é um dos grandes desafios que temos com a China, que acho que exigem soluções em nível de governo e em nível do setor privado.

O segundo ponto é que esse intercâmbio tem responsabilidades compartilhadas. A China exerce práticas protecionistas, ela faz escalada tributária. Se formos exportar soja para a China, paga-se uma tarifa da ordem de 2%; se formos exportar soja, matéria de óleo de soja ou processamento de soja, a tarifa sobe para 12%. E mais importante do que isso é o fato de que a China tem um processo de licenciamento por vezes obscuro, difícil de entender, e essas licenças se fazem em nível federal, em nível provincial e em nível local através dos chamados protocolos, que precisamos entender melhor como funcionam.

Essa relação comercial tão próspera com a China enfrentará, neste ano, um desafio grande, que é o reconhecimento da China como economia de mercado, previsto no protocolo de adesão da China ao IMC, o que tornará muito mais difícil a aplicação de medidas *antidumping* contra a China.

Os investimentos tiveram uma evolução interessante. Os primeiros investimentos chineses se voltaram para a área de suprimento de *commodities* de que a China precisava: basicamente soja e minério de ferro. A soja representa 40% das nossas exportações para a China; o minério de ferro, mais do que 20%.

Num segundo momento, os chineses investiram no Brasil na fabricação de equipamentos para vários setores, sobretudo na área de infraestrutura e *highway* da área de telecomunicações. Esses são alguns exemplos.

No entanto, a partir da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil e do Primeiro-Ministro Li Keqiang, certamente as negociações de intercâmbio com a China assumiram um caráter estratégico.

Agora, a China está interessada em infraestrutura, em projetos que são estratégicos para a China, como a ferrovia interoceânica, que fará a ligação dos portos brasileiros a um porto no Peru. É uma gigantesca ferrovia que não tem, a curto e mesmo médio prazo, qualquer potencial de rentabilidade, porque passará por regiões sem qualquer interesse econômico a curto prazo. Ela atravessará a Floresta Amazônica com grandes implicações ambientais, mas, no entanto, do ponto de vista chinês, é parte de uma nova visão estratégica do mundo que eu chamaria de geopolítica da infraestrutura.

É o que a China está fazendo na Ásia, é o que a China está fazendo em outras regiões do mundo, ou seja, os grandes projetos na Ásia partem da China, atravessam a Ásia Central, vão para a Europa; partem da China e vão norte e sul para o sudeste asiático ou mesmo a Rota da Seda marítima. A China retoma a ideia histórica da Rota da Seda numa série de projetos gigantescos de alguns bilhões de dólares cada um deles, mas que têm um objetivo: criar oportunidade de investimentos para a China, criar mercado para os produtos chineses. Portanto, essa é uma visão estratégica que a China está praticando na Ásia, está praticando na África e está praticando na América Latina. E a via interoceânica é o melhor exemplo disso.

Uma segunda ideia de como a China tem uma visão estratégica são os projetos ferroviários do Centro-Oeste. São projetos que interligam o Centro-Oeste com os portos e são, portanto, a rota da exportação da soja. E a China é o maior comprador de soja.

Nos projetos dessas ferrovias, a China ficará com a originação da soja, porque ela tem entendimento com os produtores; ficará com o transporte da soja do Centro-Oeste para os portos; ficará com os terminais dos portos; ficará com o transporte para a Ásia e com a sua comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - E a industrialização.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Exatamente, a industrialização na China.

É muito interessante que a China, durante um longo tempo, tentou fazer o que eles chamam de comércio direto - produtor brasileiro e comprador chinês -, mas ela tinha sempre a barreira das *tradings* multinacionais: a Cargill, a Dreyfus, as quatro grandes. E o que ela fez? Simplesmente comprou uma delas, a Nidera. Então, agora também tem a comercialização da soja. Quer dizer, isso é uma visão estratégica bastante sofisticada.

Nos projetos ferroviários, além de ter a capacidade, a China tem também a ociosidade, porque enquanto todos investiram, durante o período da crise europeia nos anos de 2008 e 2009, em consumo ou se distribuíram recursos, como fizemos no Brasil, sobretudo, para estimular o consumo, a China reativou a sua economia frente à crise investindo em infraestrutura.

Durante os 10 anos de crise, a China produziu mais ferrovias, trens de alta velocidade, os chamados trens-bala, do que existem no mundo. E hoje a China tem uma capacidade ociosa e precisa não só escoar os seus produtos, que vêm de uma sobreprodução, como também exportar os seus serviços. Portanto, a China é um dos mais importantes candidatos para os programas brasileiros de ferrovia, quando quer que eles deslanchem. Enquanto isso, eles estão comprando uma série de empresas da área de infraestrutura, como as empresas de energia, e estão participando de licitações na área de ferrovia, agora, no metrô em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Material ferroviário também eles produzem?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Material ferroviário, todos. E eles venderam, no ano passado, um bilhão de dólares de material ferroviário para a Argentina, num contexto de um acordo de US\$18 bilhões que fizeram com ela, que prevê a isenção de licitação e a compra de material ferroviário com vantagens superiores à que a Argentina oferece ao Mercosul.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Nesse caso da participação - desculpe-me...

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - ... de investimentos aqui, como eles estão tratando a questão da mão de obra?

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Os chineses sempre gostam de levar mão de obra, mas aí o Governo brasileiro não aceitou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Sim.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Veja bem, os chineses são grandes negociadores. Toda vez que eles veem um obstáculo, contornam e encontram outras soluções. Eles nunca batem de frente.

Quando o Governo brasileiro resolveu que não havia possibilidade de comprar terra na faixa de fronteira, os chineses reclamaram, mas resolveram: fidelizaram o produtor de soja. Assim, eles compram a soja e detêm toda a cadeia de exportação da soja até a sua industrialização na China.

Eles não podem trazer mão de obra, então vão poder trazer os engenheiros, os técnicos de nível médio. E realmente seria um despropósito tanto plantar soja no Brasil. Mas eu disse aos chineses numa reunião que tivemos: para que vocês vão querer ter o problema das relações trabalhistas no campo, o problema ambiental? Façam como fazem as multinacionais, que compram do produtor nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Estamos trazendo D. Pedro II para os trabalhadores chineses. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Exatamente. Só naquele tempo. Agora não é possível.

A primeira questão que se levanta em relação à questão da China no Brasil é: esse fluxo de comércio, de investimento, de cooperação é sustentável?

Agora vou começar a correr aqui, porque senão vou ultrapassar bastante o tempo.

Isso é sustentável? Acho que é. Primeiro, porque existe uma grande complementaridade entre a China e o Brasil, uma complementaridade econômica, sobretudo no agronegócio.

Nós temos terra e água, que eles não têm. Então, eles têm um limite para a capacidade de produzir. Eles já produzem muito no agronegócio, tanto que, na área alimentar, eles se autoabastecem em 96% do seu consumo. O que eles exportam é apenas 4%. E vejam a importância desses 4% sobre o impacto da China no preço das *commodities*. O que eles importam é 4%, e isso tem uma influência determinante sobre o mercado dessas *commodities*.

Muito bem, existe uma complementaridade sobretudo no agronegócio.

A China vai continuar a crescer ou vai entrar, como muitos chamam, na aterrissagem forçada, quer dizer, vai ter uma progressiva queda no seu crescimento? Essa aterrissagem forçada me parece fora de questão. Por quê? Porque a China reduziu o crescimento de 30 anos crescendo a mais de 10% a 6,5%, 7%.

Agora, isso estava previsto e foi deliberado no 12º Plano Quinquenal da China, porque ela achava que precisava mudar o modelo. Em vez do modelo baseado na exportação, precisava passar para um modelo baseado no mercado interno, no desenvolvimento de uma tecnologia própria. E foi o que fez. Ela disse: nesse período vamos crescer menos. E está crescendo.

Na semana passada, no Congresso Nacional do Povo, a liderança chinesa anunciou o crescimento de 6,5% e 7% nos próximos cinco anos.

Agora, 6,5% e 7%...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - É uma barbaridade!

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - É uma barbaridade!

Só para dar uma ideia, os Estados Unidos, neste ano, vão crescer de 2,5% a 7%. A China crescerá mais do que o dobro com um produto que, nos últimos 30 anos, cresceu algumas vezes, duplicou ou triplicou. Então, isso já é um crescimento suficiente. Agora, o que eles vão procurar, porque eles não querem crescer menos de 6,5%, é o maior equilíbrio entre uma política de reformas, que era prioridade nos últimos anos, e uma continuação das reformas, mas a uma taxa maior de crescimento. Para isso, o que eles vão fazer? Estão implantando uma série de incentivos fiscais.

Terceiro ponto pelo qual eu acho que essa relação é sustentável: ela já tem para os dois países um sentido estratégico. O Brasil precisa das exportações para a China. As exportações agrícolas para a China devem continuar, porque os chineses estão mudando para as cidades e vão precisar ser alimentados. Eles não vão mais viver em uma economia de subsistência. Eles vão precisar das *commodities* agrícolas e das *commodities* minerais. O ferro, que esteve com baixo preço durante um bom tempo, só com o anúncio de que eles vão estimular a economia, cresceu quase 40%, nos últimos dois meses. Então, essa relação tem um caráter estratégico para nós e para a China. Eles precisam escoar o excesso de produção.

Eles estão em um processo de competição com os Estados Unidos, não militar, pelo menos ainda, como era na Guerra Fria, em que se tinha um componente importante de competição militar, de antagonismo militar. A China e os Estados Unidos estão em um processo já de competição por mercados e por influência política, e não é sem razão que o Obama decidiu fazer o que ele chama de pivô para a China, para reforçar as suas alianças militares e políticas, e refazer ou expandir

as relações econômicas com a Ásia, com o TPP. Estados Unidos e China estão em um processo de competição, e esse processo de competição também começa a ocorrer na nossa região.

O Brasil precisa da China pela exportação. Foi a exportação de produtos agrícolas para China, sobretudo, que irrigou o interior do País. V. Ex^a conhecem melhor do que eu que o interior do País viveu anos de grande prosperidade e que uma parte disso são as exportações agrícolas para a China.

Somos, portanto, parte de um projeto mais amplo, estratégico, de visão chinesa em relação ao mundo, o que está acontecendo na Ásia, na África, na América Latina. No nosso caso, essa relação com a China tem também um substrato político. Por quê? Porque temos a mesma visão de um certo reequilíbrio mundial pelo aumento da participação dos países em desenvolvimento, se é que é possível chamar a China como um país em desenvolvimento - ela se chama - por uma participação no processo decisório nas grandes instâncias internacionais, como as instâncias econômicas de Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário, em que os Estados Unidos não estão permitindo essa expansão do voto chinês. Estão criando instituições paralelas, que é o Banco dos BRICS e o Banco de Investimento da Ásia, e fazendo acordos de swap de moeda, e em tudo isso somos parceiros.

Favorecemos o relacionamento da China com o Celac, que é a comunidade econômica da América Latina e do Caribe, quando organizamos uma reunião do Presidente chinês no Brasil para os presidentes da Celac, coisa que nunca vi acontecer. Nenhum país conseguiu reunir os países latino-americanos em outro país para ter uma conversa com a China. A China já é o primeiro mercado comercial para uma série de países latino-americanos e, nos últimos anos investiu, na América Latina, US\$21 bilhões, isso é mais do que o BID investiu ou emprestou, é mais do que o Banco Mundial. Esses investimentos estão começando a criar relações privilegiadas da China com esses países em detrimento das empresas brasileiras, sobretudo da área da construção, que, além dos problemas que estão vivendo no Brasil, estão sendo deslocadas na nossa vizinhança - no Peru, na Colômbia - por investimentos chineses em grandes obras, seja de mineração, seja de construção.

Em resumo, eu gostaria de ir até mais ou menos ao limite que o Presidente da Comissão fixou.

Eu gostaria de ressaltar duas coisas: a China oferece a nós grandes oportunidades, mas ela tem também grandes desafios - oportunidades no comércio, oportunidades no investimento, sobretudo num momento em que nós precisamos de crédito. E não haverá um programa efetivo de infraestrutura no Brasil sem a participação chinesa, porque são eles que têm a tecnologia e os recursos de financiamento.

Agora, coloca-se, em vários casos, uma série de indagações. E no campo político, a primeira delas é se todas essas parcerias que nós estamos fazendo com a China, nos bancos,...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - ... nos BRICS e outras, se elas são objeto de uma efetiva parceria Brasil-China ou se o Brasil é um coadjuvante da expansão chinesa, como ficou mostrado no caso da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, em que a China derrubou a candidatura dos quatro países que tinham essa pretensão, porque ela não tinha interesse que houvesse outro membro do Conselho de Segurança na Ásia.

Eu já mencionei a presença na América Latina e gostaria de mencionar duas questões apenas, para concluir.

Uma delas - outro desafio - é a natureza e a operação das empresas chinesas. Uma empresa brasileira que negocia com a China nunca sabe se ela está negociando com uma empresa que se orienta pelas práticas de mercado ou se segue as orientações do núcleo na China, que se chama Sasac, que inclui as grandes empresas chinesas. As grandes empresas chinesas que vêm ao Brasil cumprem missões que lhes são dadas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Planejamento.

Uma empresa chinesa, aqui, não está preocupada tanto com o seu retorno econômico, quanto está preocupada em atender aos objetivos de expansão na economia brasileira. A China, portanto, tem uma clara visão estratégica, que nós não temos, nem em nível de governo, nem em nível de setor privado, e é isso que prejudica possivelmente uma maior coordenação das relações com a China e uma maior eficiência nas nossas negociações.

A grande questão que se coloca é se nós estaremos preparados para fazer isso, e fazer isso talvez exija um núcleo central de coordenação das relações com a China. A China é tão importante que merece um tratamento à parte. Isso coloca em questão outra indagação, esta maior: é saber se nós estamos preparados para enfrentar os grandes desafios da globalização. As nossas empresas e o País se internacionalizaram, foram para fora, para fazer comércio, para investimentos, para serviços de engenharia. Mas a realidade hoje é outra, e o desafio é saber se as grandes empresas brasileiras, ao se internacionalizarem, estão preparadas para operar num maior número de países e com os desafios do mundo global, dos quais a China é a maior expressão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Embaixador Sérgio Amaral, pela sua bela exposição.

E agora vamos ouvir o Embaixador Graça Lima.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA - Eu tenho hoje a honra e o prazer de participar desta audiência pública, em boa hora convocada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para tratar de tema de especial importância para a política externa e para a política comercial brasileira, qual seja, a evolução e o estado atual das correntes de comércio, dos fluxos de investimento entre o Brasil e a China.

Eu me vejo aqui acompanhado de alguns dos mais ilustres especialistas nessa matéria, um dos quais, colega, amigo de mais de quatro décadas, cujo trabalho à frente do Conselho Empresarial Brasil-China sempre representou uma contribuição singular para a compreensão das relações sino-brasileiras, para a elaboração de políticas orientadas por fortalecimento em termos equilibrados dessas relações. É sempre um enorme desafio falar depois do Embaixador Sérgio Amaral, mas essa é a minha tarefa e procurarei tirar o melhor proveito dela.

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo próprio Conselho Empresarial Brasil-China, nós estaríamos nos encontrando hoje em plena terceira fase dos investimentos chineses no Brasil. É uma fase em que o capital se destina crescentemente a segmentos industriais e de infraestrutura, telecomunicações, produção e distribuição de energia, bem como projetos ferroviários.

Numa primeira fase, os projetos se concentravam no atendimento da necessidade de assegurar o suprimento de recursos naturais para um mercado em franca expansão, com altas taxas de crescimento econômico. O Embaixador Sérgio Amaral recordou que a corrente de comércio bilateral cresceu mais de cinco vezes entre 2005 e 2015, passando de US\$12,2 bilhões para US\$66,3 bilhões. Em termos percentuais, o nosso comércio com a China, que representava apenas 6,3% do total em 2005, triplicou em dez anos, atingindo 18,29% do total.

Mas, garantido o abastecimento do mercado chinês para as *commodities* agrícolas e minerais, o foco passou a se deslocar para o setor industrial com vistas ao atendimento não apenas do nosso mercado interno, como também dos mercados regionais, mercados da América do Sul. Aqui eu me refiro aos investimentos nos setores automotivos, setores de máquinas e de equipamentos, ressaltando-se, então, o papel do País como plataforma de exportação desses produtos para os nossos vizinhos.

A partir da visita de Estado do Presidente Jinping em julho de 2014, seguida, em maio de 2015, da visita oficial do Primeiro-Ministro Li Keqiang, por ocasião da qual foram assinadas nada menos que 36 acordos bilaterais, é que se inicia a fase atual dos investimentos chineses no Brasil.

Existe um mecanismo de fomento para tais investimentos. O principal deles é o Acordo-Quadro sobre Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento (MPOG) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, que prevê como áreas prioritárias infraestrutura e logística, energia, mineração, indústria manufatureira e agronegócio. A ideia aqui é que os projetos de investimento sejam instrumentalizados por meio de Parcerias Público-Privadas, fusões e aquisições e outros mecanismos, sendo que instituições financeiras de ambos os lados são encorajadas a financiar novas iniciativas.

Para monitorar a implementação do acordo-quadro, foi criado um comitê diretor de investimento e cooperação em matéria de capacidade produtiva, que se tem reunido desde agosto último, através de videoconferências, suplementadas por missões dos titulares da Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG. Vale a pena sublinhar que os projetos prioritários que estão sendo discutidos pelo comitê diretor são os elencados no nosso Programa de investimento em Logística (PIL).

Outro importante mecanismo de incentivo aos investimentos chineses no Brasil é o Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, fundo esse que foi proposto pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang durante a sua visita ao Brasil. Na oportunidade, foi anunciada a intenção de se criar um fundo bilateral no valor de US\$20 bilhões, como forma de consolidar a relação bilateral não só no campo das *commodities* como também em novas áreas, como infraestrutura e cadeias produtivas. Esse fundo, conforme foi esclarecido na ocasião, não deveria ser confundido com um outro a ser criado no âmbito do Fórum Celac-China, destinado esse, sim, a apoiar projetos de cooperação em capacidade produtiva entre a China e os países da América Latina. O anúncio da criação do fundo bilateral foi feito em junho do ano passado, por ocasião da visita oficial do Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, com a parte chinesa devendo contribuir com US\$15 bilhões e a parte brasileira, com US\$5 bilhões. As tratativas para a conformação do fundo estão evoluindo satisfatoriamente.

Um terceiro e último mecanismo de incentivo aos investimentos digno de menção emana do memorando de entendimento que foi firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Comercial e Industrial da China (ICBC), visando à constituição de instrumento para financiar investimentos na economia brasileira.

O objetivo aqui é oferecer suporte por meio de crédito, arranjos de financiamento e fundos de investimento, para investimentos e oportunidades de negócios entre o Brasil e a China. Os recursos seriam procedentes do GFP, que é o programa de financiamento para as regiões da América Latina e Caribe, mantido pelo banco chinês.

Além do ICBC, outros três grandes bancos estatais chineses têm investimentos no Brasil: o Bank of China, o China Construction Bank e o Banco de Comunicações da China. Além desses, o Banco de Desenvolvimento da China apoia empresas chinesas interessadas em investimentos no País através de seu escritório no Rio de Janeiro.

Vultosos investimentos no nosso setor de energia foram recentemente anunciados, a exemplo da participação das empresas chinesas CNPC e CNOOC, em consórcio vencedor do primeiro leilão do pré-sal, em outubro de 2013; da construção das linhas de alta tensão da Usina de Belo Monte pela State Grid; da concessão das hidrelétricas de Juipá, Ilha Solteira, a Three Gorges Corporation, em dezembro; e do empréstimo do Banco de Desenvolvimento da China no valor de US\$10 bilhões para a Petrobras, no mês passado.

O setor ferroviário nacional, como já foi também lembrado, tem merecido especial atenção por parte das autoridades competentes tanto da China quanto do Brasil. Pode-se dizer que o pontapé da cooperação bilateral em ferrovias foi a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ferroviária entre o Ministério dos Transportes nosso e a já mencionada Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China durante a visita do Presidente Xi Jinping.

O lado brasileiro tem interesse na participação de empresas chinesas, em parceria com empresas brasileiras, nos processos de licitação de projetos ferroviários entre os quais o chamado trecho 4 da Ferrovia Bioceânica, entre Lucas do Rio Verde e Campinorte, ligando região produtora agropecuária do Mato Grosso à Ferrovia Norte-Sul.

A propósito, há apenas duas semanas, por ocasião de visita que fez o Ministro Nelson Barbosa a Pequim, as duas principais empresas ferroviárias chinesas, a China Railway Construction Company e a China Railway Engineering Cooperation manifestaram por escrito seu interesse de investir no transporte de cargas e de passageiros no Brasil. As cartas enviadas por essas empresas vão ser utilizadas pelo Governo para lançar o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), regulado pelo Decreto 8.428, que constitui pré-requisito para iniciar a licitação de projetos.

No que toca à Ferrovia Bioceânica propriamente dita e mencionada pela primeira vez em declaração conjunta emitida por Brasil, China e Peru durante a Cúpula de Brasília de Líderes da China e países da América Latina e Caribe, em julho de 2014, está sendo preparado um estudo de pré-factibilidade a ser concluído ainda no primeiro semestre deste ano. Trata-se de avaliar a viabilidade de conexão ferroviária que possibilite o escoamento de produtos brasileiros pelo Oceano Pacífico, incluindo por isso mesmo a participação do Peru.

O crescimento dos investimentos chineses no Brasil segue a lógica e o processo de exportação do capital chinês em todo o mundo, sendo a América Latina, de maneira geral, e o Brasil em particular, a última fronteira dessa expansão. Por esse raciocínio, a recente desaceleração da economia chinesa só faz aumentar a disposição dos nossos parceiros de garantir obras, de garantir contratos para suas empresas no exterior.

Interessa naturalmente ao lado chinês criar mecanismos bilaterais, para não apenas facilitar os investimentos de suas empresas aqui como também dar maior rentabilidade a parte de suas reservas internacionais.

Como nos termos tanto do Acordo-Quadro quanto do Fundo Bilateral não há assegurado qualquer tipo de privilégio ou exclusividade a investidores chineses, terão que ser seguidas as regras em vigor no Brasil para licitação, internatização do capital estrangeiro etc.

O financiamento de projetos não constitui para o Brasil um obstáculo insuperável. A questão aqui consiste mais na busca de operadores no mercado que possam tomar empréstimos.

No caso específico da Ferrovia Biocênica, desafios se apresentam sob a forma de custos elevados, volume reduzido de carga, necessidade de transbordo, diferença de bitolas, entre outros.

Como se sabe, o Brasil aplica o modelo de concessões, de acordo com o qual os chineses, caso vençam a licitação, poderão construir e explorar a ferrovia.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras do saudoso Embaixador Clodoaldo Hugueney, em artigo publicado pela revista *Interesse Nacional*, em julho de 2011, e citado pela Diplomata Tatiana Rosito, que foi sua Ministra Conselheira na Embaixada, em Pequim, entre 2009 e 2014: "A evolução das relações entre Brasil e China criou uma base sólida, a partir da qual poderemos superar os poucos ainda que relevantes problemas que temos. Os desafios existirão, mas nada indica

que não possam ser superados com criatividade e pragmatismo e através de um diálogo cada vez mais estratégico com os chineses."

No seu próprio texto, Tatiana sublinha que Brasil e China atravessam períodos de transição econômica, sendo que o Brasil busca reajustar sua economia para permitir um novo ciclo de crescimento. Parte desse ajuste ocorre no setor externo, em reação às mudanças do cenário global e das políticas de seus principais parceiros. Já a China, tendo passado por períodos de certa volatilidade no mercado financeiro, derivado de uma bolha no mercado de ações, bem como por mudanças em sua política cambial, propõe-se, segundo o próprio Primeiro-Ministro, Li Keqiang, ao anunciar o próximo plano quinquenal, a manter a taxa de crescimento entre 6,5% e 7%, criando-se mais empregos, procedendo a uma reestruturação de indústrias menos eficientes.

Sempre cabe esforço adicional de estratégia e mobilização que encaminhe uma transição do momento atual para um outro, seja ele mais multipolar ou mais sinocêntrico. Isso não significa que os benefícios não sejam ou não devam ser mútuos, já que é do interesse dos dois parceiros que as trocas sejam sustentáveis e que gerem movimentos positivos de autossustentação com as respectivas cadeias produtivas e com as cadeias globais. O futuro, como se sabe, a Deus pertence, mas ele pode ser forjado por ações e políticas destinadas ao cumprimento dos objetivos permanentes do Estado, quais sejam, o desenvolvimento econômico com justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Embaixador.

Vamos ouvir agora a Profª Larissa Wachholz.

A SRA LARISSA WACHHOLZ - Obrigada, Senador Aloysio, pelo convite para participar hoje desta audiência.

Mais do que professora, eu trabalho com negócios Brasil-China no dia a dia e me foi pedido que falasse um pouco mais da perspectiva empresarial de como o Brasil poderia, eventualmente, ser afetado pela desaceleração econômica que vemos acontecendo na China hoje. Então, minha proposta é falar um pouco sobre o que efetivamente nós vemos acontecendo e, dentro desse cenário, dentro dos tratados que foram assinados, dos compromissos feitos, como nós vemos, do ponto de vista empresarial, tanto empresarial brasileiro quanto chinês, como essas iniciativas se transformam em projetos concretos e de realização de negócios efetivos.

A nossa visão, em primeiro lugar, é que a China passa efetivamente por uma importante transição econômica que, de forma muito importante, já vem sendo prevista e largamente anunciada há alguns anos. Está ficando conhecida como "o novo normal" da China, que consiste no abandono de um modelo de crescimento que perdurou ao longo das últimas três décadas e meia e permitiu à China crescer praticamente a dois dígitos anualmente, tendo como pilares: forte investimento estatal, principalmente em construção, infraestrutura e indústria, prioritariamente; vocação exportadora e manufaturas intensivas em mão de obra, muitas vezes mão de obra barata, mão de obra de baixo custo; e manufatura intensiva em energia.

A mudança radical de estratégia de desenvolvimento econômico da China resultou em 300 milhões de pessoas sendo tiradas da pobreza, nesses últimos 30 anos, e também levou, por outro lado, a um aumento significativo da desigualdade social, a altos níveis de poluição, ao caos no trânsito das grandes cidades e, principalmente, ao excesso de capacidade produtiva, que é um dos grandes problemas da China hoje.

Então, consciente dos problemas sociais, ambientais e econômicos que enfrenta, a China busca garantir, atualmente, crescimento econômico com maior qualidade e com equilíbrio e, para isso, precisa fazer algumas reformas estruturais que afetam sua relação com o mundo, com os países emergentes, principalmente com o Brasil, que é o nosso maior interesse. Essas reformas estruturais são o crescimento, o incremento do consumo interno; uma maior eficiência energética; o controle dos níveis de poluição e o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, justamente para que possa controlar os níveis de poluição; e uma melhor distribuição de renda, que é o item essencial e que nos afeta diretamente no que diz respeito ao destino dos investimentos chineses.

O ajuste estrutural nas bases que sustentaram o desenvolvimento chinês ao longo dos últimos anos vem, necessariamente, acompanhado, no nosso entendimento, de desaceleração econômica, o que torna essa desaceleração, de forma alguma, uma surpresa. É um fato com o qual precisamos lidar.

Há opiniões variadas a esse respeito, mas se entende que a China deverá crescer algo entre 4% e 7% ao ano até 2020, um valor bastante respeitável. O crescimento se dará entre 4% e 7% porque o governo chinês, ainda que indique metas de crescimento que variam entre 6,5% e 7% ao ano, muitas vezes, é questionado por economistas renomados a respeito de como essas metas são traçadas. Então, existe um espaço para a discussão do que é o crescimento efetivo da China, mas é um crescimento altamente respeitável.

No contexto dessas reformas estruturais que precisam ser feitas, está diante de nós um processo complexo e penoso de ajustes, o que está mudando a relação de comércio e de investimentos da China com o mundo. Esse novo normal, essa nova situação econômica da China é um caminho sem volta. Não existe a possibilidade de a China voltar a crescer nos níveis observados no passado. O mundo, então, precisa adequar-se a essa nova relação de oferta e de demanda.

Além dos aspectos macroeconômicos mencionados, a reforma da economia chinesa também tem grandes desdobramentos empresariais, que se refletem diretamente nos investimentos chineses no Brasil. São eles: exigência de maior eficiência e produtividade das empresas estatais; combate à corrupção; foco no lucro; uso racional de recursos energéticos e financeiros; consolidação de determinados setores em que se veem muitas empresas competindo por projetos semelhantes, consequentemente reduzindo muito as margens de lucro desses projetos; fortalecimento do consumo interno e do setor de serviços; e redução do excesso de capacidade industrial.

Eu queria chamar a atenção também para a pergunta da Senadora Gleisi Hoffmann a respeito do interesse dos chineses de, eventualmente, trazerem mão de obra para o Brasil, que foi uma preocupação nossa no passado. Vemos, do ponto de vista empresarial, que isso, de fato, como disse o Embaixador Sérgio Amaral, não perdura mais. Existe uma sofisticação nos investimentos chineses que incluem esta visão de que não faz sentido trazer mão de obra sem qualificação para países como o Brasil, de que faz muito mais sentido atuar como as multinacionais estrangeiras têm atuado no Brasil ao longo das últimas décadas. Mas essa é, de fato, uma mudança e é, de fato, um reflexo dessa maior sofisticação. Não era assim no passado, e, por isso, a pertinência da sua pergunta.

Como é que o Brasil pode ser afetado por tudo isso? São mudanças dramáticas dentro de um país como a China, com a escala que qualquer movimento adquire dentro de um país tão grande. Então, destaco aqui dois pontos essenciais nos quais o Brasil é diretamente afetado. São eles: a demanda por *commodities*, ou seja, o nosso comércio com a China; e a atração de investimentos estrangeiros.

Na demanda por *commodities*, a gente vê que a importação em larga escala de *commodities* energéticas, minerais e agrícolas, que fez parte do modelo econômico em vigor na China até então, levou à alta de preços internacionais, e isso muito beneficiou países exportadores de matéria-prima, entre eles o Brasil. Com a mudança no padrão de seu desenvolvimento econômico, a China reduzirá o crescimento da demanda, principalmente de *commodities* minerais, e, por vezes, a própria demanda absoluta de *commodities*. Os picos de preço que vimos no passado recente - com certeza, o Roger Agnelli vai ser capaz de, depois, desenvolver mais isto -, provavelmente, não vão mais se repetir. O comércio com o Brasil continuará sendo, então, diretamente afetado, como já é hoje.

Quanto a alguns dados, que já foram até mencionados pelo Embaixador Sérgio Amaral, em comparação com 2014, por exemplo, o minério de ferro apresentou, no ano de 2014, 18% das nossas vendas para a China, e 18% do total da nossa pauta exportadora para a China, o que significou um crescimento no consumo de 3%. Ou seja, não é que a China está consumindo menos minério de ferro, ela continua consumindo mais minério de ferro, mas há um ritmo menos acelerado. O que aconteceu foi que os baixos preços internacionais do minério de ferro reduziram em 48% o valor total dessas operações.

A soja, que correspondeu a 44,3% das exportações brasileiras para o país asiático em 2015, cresceu 25% em volume, graças à política de aumento de renda das famílias chinesas, ou seja, graças já às políticas de incremento ao consumo dentro da China. No entanto, apesar de ter crescido 25% em volume, teve um valor 5% menor, devido à queda nos preços do grão no mercado internacional.

O petróleo, que é o terceiro item da nossa pauta exportadora para a China, com 11,6% do total exportado, cresceu 19% em valor e 136% em volume em 2015, e deve ser a única exceção à regra do arrefecimento da demanda, apresentando crescimento de 3% a 5% ao ano, conforme cresce a demanda por transporte dentro da China.

Entre as perspectivas positivas para o Brasil, cabe destacar alguns aspectos. A abertura do mercado chinês à carne bovina brasileira em 2015 aponta para o surgimento de um promissor mercado que já incrementa as exportações e desperta interesse de investidores chineses num setor em que as empresas médias brasileiras estão especialmente carentes de acesso à capital e em que o investimento direto estrangeiro é muito bem-vindo.

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura (MAPA) aponta para a China como a principal parceira do agronegócio brasileiro, com crescimento expressivo nas importações dos nossos produtos, sendo a soja em grão o carro-chefe; e em segundo lugar a celulose; o açúcar; e, em quarto lugar, os couros e peles de bovinos.

Apesar de algumas boas perspectivas de incremento, as quedas expressivas nos valores das *commodities* tradicionalmente exportadas para a China mostram que os países emergentes, e o Brasil em particular, precisarão se adaptar, e adaptar as suas expectativas, a essa nova realidade chinesa, realidade de consumo da China.

Em segundo lugar, eu gostaria de apontar algumas visões empresariais sobre esse investimento da China no mundo e, em particular, o investimento chinês no Brasil. Há cerca de dez anos, o Governo chinês passou a estimular fortemente as empresas do país a realizarem investimentos no exterior, através do que ficou conhecido como Go Out Policy, uma política de fato de estado. Esse incentivo deu resultado e, desde 2014, a China é exportadora líquida de capital e, como o Embaixador Sérgio Amaral também mencionou, tornou-se um grande investidor no Brasil, o maior investidor em fluxo, ainda que não em estoque. E ela procura, com essa atividade internacional de investimento, dar melhor destino à poupança e às reservas internacionais chinesas que foram acumuladas ao longo das últimas décadas e que, tradicionalmente, eram utilizadas para a compra de títulos do Tesouro americano, que oferece um rendimento baixo.

Então, um dos objetivos da China é, de fato, rentabilizar melhor as suas reservas internacionais. Essas motivações, de forma geral, para os investimentos chineses no mundo são diversas, e a primeira delas é a aquisição de tecnologia. Por isso, nós vemos um grande processo, uma grande movimentação de fusões e aquisições com empresas chinesas liderando, grandes *deals*, grandes transações ao redor do mundo, em diversos setores.

Em segundo lugar, acesso a recursos energéticos minerais e agrícolas, em que o Brasil tradicionalmente era visto como um destino de investimentos; a abertura mais eficiente a novos mercados consumidores. E o Brasil, como um mercado consumidor de porte, é bastante interessante nesse aspecto, e a diversificação, então, das fontes de receita das empresas chinesas, muitas delas tradicionalmente envolvidas em setores que receberam grandes investimentos nas últimas décadas na China e que não vão mais receber, como é o caso da construção. Logo, as empresas focadas em setores como esses precisam buscar fontes de receita fora do país.

Aproveitando-se do seu potencial de mercado interno, as empresas chinesas têm focado ainda na aquisição de marcas estrangeiras de consumo e serviços, nos mais variados setores, como alimentação, vestuário, entretenimento, saúde. Destaco aqui, por exemplo, a compra, em 2013, da Smithfield americana, uma grande empresa de carne suína, pela Shuanghui, chinesa, que deu origem ao maior grupo de carne suína no mundo, o Grupo WH, hoje chinês. O objetivo desses investimentos é justamente adquirir marcas em diversos setores e fazer com que essas marcas possam também vender seus produtos na China, beneficiando-se do crescimento do consumo interno.

A fim de viabilizar o investimento de suas empresas no mundo, o governo chinês faz uso das reservas internas que acumulou, para estabelecer fundos com foco setorial e regional, como o Fundo China-África e o Fundo China-América Latina, o fundo industrial, como muito bem destacado pelo Embaixador Graça Lima; diversificar a atuação do fundo soberano chinês; estimular a criação de bancos de desenvolvimento internacionais, como o Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como o Banco dos BRICS, e o Banco Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura; e disponibilizar empréstimos em condições preferenciais às suas estatais e às suas maiores empresas privadas, para que realizem investimentos diretos no exterior.

O Brasil tem sido e pode continuar a ser destino de parte significativa desses fluxos, desde que sejamos capazes de nos tornar mais atrativos ao investimento estrangeiro, que é o nosso maior desafio neste momento.

Existem dados sobre o investimento chinês no mundo que são um pouco difíceis de serem obtidos, por vezes contraditórios, mas, de forma geral, a Heritage Foundation, que faz um trabalho muito bom de mapeamento desses investimentos, dá conta de que no Brasil, até 2016 - investimento que a gente tem em estoque, oriundo da China, investimentos mais financiamentos -, os financiamentos, por exemplo, para o setor de petróleo e construção, foram da ordem de US\$40 bilhões. Como o Embaixador Graça Lima mostrou, o setor de energia é o principal destinatário desses valores, com cerca de US\$28 bilhões.

As negociações entre investidores públicos e privados chineses e empresas brasileiras que eu acompanho no dia a dia mostram que não há, no curto prazo, indicação de que a desaceleração econômica da China implicará uma redução dos estímulos ao investimento estrangeiro. Grupos estatais e privados continuam neste momento tendo acesso a crédito para investimentos internacionais junto aos principais bancos chineses, especialmente no caso das estatais, porque elas investem no contexto de tratados internacionais, como aqueles mencionados pelo Embaixador Graça Lima, e no contexto de diretrizes claramente expressas pela liderança chinesa. Então, para essas empresas estatais não faltam recursos no curto prazo para investimentos no Brasil.

Entretanto, algumas considerações se fazem necessárias também nesse sentido de atração de investimento. As reformas econômicas na China prezam, por exemplo, pelo aumento da produtividade das empresas estatais, o que vale também e gera pressão sobre os investimentos diretos estrangeiros. Uma série de experiências malsucedidas no passado de investimentos chineses que não apresentaram retornos satisfatórios fizeram com que o governo chinês se visse mais cauteloso e seletivo na seleção de projetos e na avaliação dos riscos gerados pelos projetos. Isso causa uma grande pressão sobre as empresas que teriam capacidade de investir no Brasil, porque é necessário que essas empresas provem que, de fato, têm o controle de vários elementos de risco relacionados àquele projeto. Isso pode atrasar o processo de investimento.

Empresas chinesas, em segundo lugar, ao escolher o destino de seus investimentos, têm diante de si literalmente o globo. Os recursos são vastos, porém, limitados. E as corporações podem escolher alocar esses recursos em qualquer lugar do mundo, fazendo com que o Brasil tenha que competir com outros países emergentes e com países desenvolvidos na atração desses recursos. Pode-se alegar que os investimentos em países emergentes, que normalmente têm maior risco, apresentam também maiores retornos.

No entanto, o fato de custarem menos não representa necessariamente uma grande vantagem aos olhos dos investidores chineses, pois eles têm acesso garantido a recursos e financiamentos e, por vezes, optam por investimentos mais caros, em estágios mais maduros de desenvolvimento em troca de maior segurança.

Em terceiro lugar, ainda que, neste momento, não haja indicação de redução dos recursos disponíveis para investimento internacional, é importante notar que as multinacionais chinesas não parecem prever que esse incentivo, esse financiamento, esse crédito disponível estará necessariamente disponível ao longo dos próximos anos. A sensação é a de que há recursos hoje, em 2016, e provavelmente haverá recursos, em 2017, que podem ser usados para esse fim. No entanto, as próprias empresas estatais chinesas não têm certeza se continuarão tendo acesso a recursos financeiros de 2018 em diante, o que cria em nós, brasileiros, se queremos, de fato, atrair investimentos chineses para o Brasil, uma certa pressão de tempo para que haja um casamento entre a nossa necessidade de atração de investimento e a capacidade dos chineses de efetivamente investirem no exterior. Trata-se de uma oportunidade que nós não gostaríamos de perder certamente.

É verdade que a desvalorização do real tornou os ativos, no Brasil, especialmente atraentes para investidores internacionais. O Brasil está barato, como dizem. É, sim, uma grande oportunidade para grupos que, há anos, tentam sem sucesso se posicionar no mercado brasileiro, quando os nossos ativos estavam especialmente custando mais, com preços mais altos. No entanto, é necessário notar também que a desvalorização da nossa moeda significa que os possíveis retornos dos investimentos chineses também terão menor efeito nos balanços das suas companhias de origem, das companhias investidoras, o que, por vezes, notamos que tem desestimulado alguns dos investimentos...

(Soa a campanha.)

A SRª LARISSA WACHHOLZ - ... porque, se nós pensarmos em um retorno, um lucro anual de R\$100 milhões, esse lucro se traduz em algo em torno de US\$25 milhões a US\$40 milhões, o que, no balanço de uma grande corporação, pode não fazer muito efeito e pode desestimular o risco de se fazer um investimento tão longe num país que está literalmente do outro lado do globo para eles.

O que nós temos a favor do Brasil para atração de investimentos? Em primeiro lugar, as oportunidades em infraestrutura, já muito bem destacadas aqui. O setor da construção impulsionou o desenvolvimento chinês, e hoje as empresas chinesas não veem possibilidade de continuar buscando projetos de construção dentro da China e estão sendo encorajadas a buscar investimentos em países como o Brasil. Mas precisamos resolver algumas questões relacionadas a colocar os editais, de fato, na mesa, digamos assim, para incentivar as parcerias público privadas e as concessões. Eles já estão moldados a aceitar esse nosso modelo, mas é preciso que possamos dar certa agilidade a esses projetos.

Em segundo lugar, eu destaco o agronegócio, especialmente a logística relacionada ao agronegócio, que é de grande interesse dessas empresas. Como o Embaixador Sérgio Amaral mencionou, eles têm interesse em investir nesse setor e já estão fazendo isso.

Em terceiro lugar, diz muito a favor do Brasil o fato de que as empresas chinesas querem se tornar empresas globais e é impossível ser uma empresa global não estando presente na América Latina, que é um dos mercados, em termos de consumo, que mais cresce no mundo, junto com a África e a Ásia. Sendo o Brasil o país mais importante, de maior mercado consumidor da América Latina, é natural, para uma empresa global que está tentando se posicionar em vários lugares do mundo, que o Brasil seja um destino de preferência nesse contexto.

Eu gostaria de fazer um último comentário sobre um tema que assusta investidores do mercado financeiro e pode ter reflexo sobre a posição das empresas chinesas como investidoras, que é a turbulenta Bolsa de Xangai, sobre a qual muito se fala e que gera especulações sobre a China estar passando por uma grande crise, que eventualmente pegaria a todos de surpresa. Como expusemos até aqui, a economia chinesa está, de fato, desacelerando, mas isso não é uma surpresa, é previsto. Uma parte da turbulência da bolsa é explicada por ser a bolsa um instrumento relativamente novo de investimento...

(Soa a campanha.)

A SRª LARISSA WACHHOLZ - ... em que apenas nacionais chineses acabam investindo e que, muitas vezes, é vista pelos locais, ou seja, pelos chineses como um cassino, ou seja, um local de muita especulação.

A grande consequência das turbulências da bolsa, no mercado externo, e que podemos ver se refletir no Brasil é a possibilidade da redução da capacidade de consumo dos investidores que tenham perdido grandes somas na bolsa e

eventualmente a capacidade de financiamento das empresas listadas que não tenham acesso a vias bancárias para conseguir se capitalizar para a realização de investimentos no exterior.

Em conclusão, o aumento do consumo na China pode ser muito positivo para o Brasil, na medida em que o câmbio atual torna as nossas exportações mais competitivas e nós poderemos aproveitar o momento para exportar à China produtos de maior valor agregado, finalmente diversificando nossa pauta, que tem sido um desejo nosso há muito tempo. Agora, está nas nossas mãos aproveitar da melhor forma possível a nova fase da economia chinesa, olhando de forma realista para as transformações do país asiático e contornando nossos próprios problemas de falta de competitividade no mercado externo. Os consumidores chineses estão ávidos por consumo, mas eles têm diante de si um leque de opções com produtos e marcas do mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Professora.

Antes de passar a palavra ao Roger Agnelli, eu queria comunicar aos membros da Comissão um convite que estamos recebendo do Senador Davi Alcolumbre, um convite para participarmos de um seminário sobre o Programa Welcome Chinese, que tem o objetivo de discutir a certificação dos hotéis, restaurantes, museus, aeroportos, pontos turísticos, entre outros, para receber turistas chineses, que virão em número crescente - não tenham dúvida os senhores. Esse evento vai contar com a presença do Presidente do Senado, do Ministro do Estado do Turismo, do Embaixador da China no Brasil e de uma comitiva institucional da China. Vai acontecer esse seminário no dia 16 de março, quarta-feira, das 9h30 às 13h, aqui, no Interlegis.

Eu queria também dizer a todos os nossos telespectadores que estão nos acompanhando pela TV Senado que podem participar por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Já chegaram até duas perguntas aqui, que, logo em seguida, vou apresentar aos nossos convidados. Agora, vamos ouvir o Sr. Agnelli.

O SR. ROGER AGNELLI - Muito obrigado pelo convite. Eu me sinto extremamente honrado de fazer parte desta reunião sobre um assunto que eu, particularmente, gosto muito de tratar: China, o que está acontecendo com a China.

Eu participo de alguns conselhos de administração fora do Brasil de empresas multinacionais, empresas muito grandes, que têm uma atuação muito forte na China. E toda semana em que há reunião do conselho, a grande discussão, em todas as empresas, é o que está acontecendo com a China. Para onde vai a China? A China está desacelerando? A China vai entrar ou não em recessão?

Nos anos em que eu fui Presidente da Vale, eu brincava com os jornalistas e sempre dizia que, todo dia, eu rezava para a China, porque a China era realmente um algo mais que estava beneficiando enormemente o setor de mineração e outros setores. Eu diria hoje que o mundo inteiro reza pela China. Então, falamos assim...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) - A reza está fraca. (Risos.)

O SR. ROGER AGNELLI - Sim, está fraca. Tem de se rezar um pouco mais, mas aí há um ponto que eu acho interessante nessa discussão toda. Todo mundo fala: "A China está com problemas." Realmente, a China tem um monte de problemas. Agora, os Estados Unidos têm um monte de problemas. O Japão tem um monte de problemas. A Europa tem um monte de problemas. A América do Sul também tem um monte de problemas. Nós também temos um monte de problemas. Agora, o que eu acho interessante na China - e eu sempre coloco isto de forma bastante clara - é que os chineses sabem o que eles estão fazendo. Eles têm um planejamento de longo prazo e seguem rigorosamente o planejamento feito, a cada cinco anos ou a cada ano ou a cada vinte anos. Eu participei de um conselho com o Prefeito de Xangai, e o planejamento era de vinte e cinco anos. Xangai, alguns anos atrás, estava projetando se tornar, em vinte e cinco anos, a capital mundial do sistema financeiro. Essa é a linha que eles estão seguindo.

Com esse planejamento de longo prazo, com essa disciplina de executar o planejamento, o que aconteceu com a China nos últimos trinta anos ou nos últimos vinte anos? A cada três anos, a China cresceu uma Alemanha - a cada três anos, a China cresceu uma Alemanha. E agora, o que vai acontecer com a China? Vai reduzir o crescimento de 7,5% ou 8% para 6,5% ou 6%? Ela vai crescer uma Alemanha a cada quatro anos. Vai continuar crescendo. Aí a gente, olhando a China, diz o seguinte: "Poxa, a China está decepcionando em termos de crescimento." Mas veja, nesses últimos vinte anos, a China montou basicamente um parque industrial invejável, com escala em todas as indústrias. Ninguém tem escala para competir com a China, porque a China tem um mercado interno muito forte e eles exportam. Eles se tornaram hoje grandes exportadores em tudo, e são os maiores importadores em tudo também. Ou seja, eles estão dentro do contexto global de uma economia global. Eles conseguiram trazer a China de uma economia fechada, trinta anos atrás, para uma economia de mercado, uma economia muito mais aberta, com muita coisa para ser feita, com muitas reformas ainda a serem executadas.

No entanto, eles sabem o que eles vão ter que fazer. Eles sabem também que, no ritmo que eles estavam crescendo - 12%, ou 13%, ou 15% ao ano, dependendo da estatística que se pega ou que se possa acreditar na China -, não haveria petróleo para abastecê-los, não haveria carvão para abastecê-los, não haveria minério de ferro para abastecê-los, não haveria comida, soja. O ritmo de crescimento era fortíssimo. O pior de tudo isso é que causou o que hoje é o maior problema identificado pelo governo chinês, na sociedade chinesa: poluição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Hoje é identificado.

O SR. ROGER AGNELLI - Identificado. Por quê? Cresceram em aço, cresceram em tudo. Na questão agrícola até, por exemplo, há poluição, solo contaminado por agrotóxicos mal utilizados e tudo o mais. Então, eles têm um problema de alimentação, que eles chamam de *food security* - não só eles, outros países também, mas principalmente na China. É por isso que eles estão se posicionando fortemente na indústria de alimentos do mundo inteiro, comprando tecnologia. Acho que é um ponto importante, quando a gente fala da soja. Não se esqueçam de que, na semana passada, a China comprou a Syngenta, uma das maiores empresas de tecnologia em sementes, americana. Eles compraram! Eles estão indo ao acesso. Daqui a pouco, eles vão dar a semente, vão dar os químicos, os agrotóxicos, vão dar o dinheiro, vão levar a soja embora. Ponto. Não precisa da terra, não precisa de nada. Eles têm a cadeia inteira na mão deles.

Eu diria o seguinte: é interessante que, nos conselhos de administração das maiores empresas do mundo, dos maiores bancos do mundo, no mínimo há um chinês como membro do conselho de administração. Nas empresas que eu estou: na WPP, que é a maior empresa de propaganda do mundo, há dois chineses; na ABB, são dois chineses; na GE, chineses. Em todo lugar. Ou seja, o chinês hoje está absolutamente participante, é empresário, é empreendedor, no mundo inteiro, e o mundo inteiro depende da China para crescer. Uma GE depende de que a China cresça, porque nos Estados Unidos, o crescimento não está sendo tão bom; na Europa, o crescimento praticamente não existe. Onde é que eles vão crescer? Onde eles vão fazer dinheiro? Na China.

O chinês, ao mesmo tempo, está buscando toda a execução da estratégia e se posicionando em algumas áreas importantes, principalmente geopolíticas. Na África, eles estão muito presentes; eles estão muito presentes na América do Sul como um todo, inclusive no Brasil; eles estão muito presentes no Oriente Médio também; estão entrando muito na Índia; e estão, de alguma forma, na América do Norte, também com alguns investimentos importantes na área de tecnologia.

A China hoje tem um sistema educacional extraordinário, muito bom, excelentes faculdades, excelentes universidades, excelentes técnicos, excelentes engenheiros. Todas as empresas chinesas têm hoje, dentro do seu corpo, no quadro funcional, profissionais com especialização em Business nas melhores universidades do mundo - Harvard, MIT, IMD, London Business School. Em todas elas, os chineses estão presentes. E não são poucos não, são centenas, milhares de chineses estudando lá. Inclusive, hoje, os dirigentes chineses quase todos tiveram formação fora da China, nas melhores universidades também do mundo inteiro.

Então, eles conhecem o mundo, eles sabem o que eles querem, eles têm uma estratégia, estão seguindo uma estratégia; só que eles têm problemas. E quais são os problemas dos chineses hoje, os mais importantes e relevantes para a sociedade chinesa? Número um, poluição.

Então, a indústria siderúrgica talvez não cresça no ritmo que cresceu até hoje, porque polui. A indústria de construção civil talvez não cresça no ritmo que cresceu até hoje, porque polui pela compra de energia elétrica, que era gerada fundamentalmente em cima de carvão, termelétricas a carvão altamente poluidoras. Outras indústrias de base que também de alguma forma poluem estão sendo restringidas. E as normas ambientais na China estão ficando bastante rigorosas para evitar a poluição, porque esse é um problema sensível para a sociedade chinesa.

O segundo problema que o Governo chinês está identificando e atacando dentro da sociedade chinesa: a corrupção - é o segundo grande problema na China. E isso provocou, principalmente nas grandes empresas distritais ou estaduais, um problema de paralisia, porque os terrenos eram terrenos públicos, em que o prefeito fazia, junto com a iniciativa privada ou não, projetos, lançava os empreendimentos imobiliários e vendia, e obtinha lucros extraordinários. Isso tudo começou a parar, porque o governo chinês resolveu ser extraordinariamente rigoroso - talvez em alguns pontos até rigoroso demais, pela forma como age. Eu acho que tem haver algum limite de direitos humanos. De repente, o empresário some e fica meses sumido, quatro meses sumido, e ninguém sabe onde está. E ele estava preso, prestando depoimento, para ver se estava envolvido em algum esquema de corrupção. Isso já é alguma coisa um pouco mais preocupante, mas tem provocado também uma mudança bastante importante.

O terceiro ponto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Eles dão grande publicidade, quando alguém é apanhado com a boca na botija. Dão grande publicidade!

O SR. ROGER AGNELLI - Não, é um terror - é um terror!

E há pena de morte e tudo mais. Inclusive, um dos ministros que estiveram aqui, há alguns anos, Ministro Bo Xilai, foi condenado à pena de morte, por questões, enfim, de outras...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Dr. Roger.

O SR. ROGER AGNELLI - Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Só uma interrupção rápida, em cima do que o senhor está falando. Eu estive na China, ao lado de alguns companheiros, há dois anos, e a grande novidade das hostes governamentais da China era a criação da Câmara de Ouvidoria, era a Ouvidoria, que eles colocavam como anteparo...

O SR. ROGER AGNELLI - Perfeito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - ... no rumo do combate à corrupção, porque a sociedade, que tem muito pouca liberdade, clama por combate à corrupção, sente-se excluída na medida em que o corrupto leva vantagem. E eles estavam dando grande importância a essa Câmara, à Ouvidoria, que era aberta para os reclames do povo, para a tomada de providências.

E o grande problema deles, acho que o senhor tocou nisso agora. O governo, por um lado, planeja-se, passa por cima de pau e pedra e executa, faz mesmo, o que planeja, faz. Negócio de concorrência lá é relativo, é muito relativo, mas o que eles planejam acontece.

O SR. ROGER AGNELLI - Eles executam.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Então, isso aí é um lado, mas o outro lado são os princípios democráticos, que dão sustentação ao governo. E eles veem o pilar da corrupção como elemento que pode ser letal no combate da sociedade a erros de governo. Era só essa contribuição de quem esteve lá há pouco tempo e observou exatamente em cima do que o senhor estava falando.

O SR. ROGER AGNELLI - Quanto ao outro ponto que esse combate à corrupção também vai levar o governo e já está levando o governo - nessa última reunião foi anunciado - é a mudança nas estruturas das empresas estatais. Quer dizer, eles vão tornar e querem tornar as empresas estatais mais produtivas, mais eficientes e mais abertas para o mundo inteiro, talvez preparando-se até para um processo de privatização de algumas delas.

Então, eu diria o seguinte: quanto à China, não há surpresas. Ela está crescendo e vai continuar crescendo num ritmo menor, mas a área de serviços cresce, a área de tecnologia cresce, a área de energia limpa lá cresce, a área de automóveis elétricos vai crescer, bem como a área de motos elétricas. Tudo aquilo que for na linha de limpar o meio ambiente deles cresce na China. Tudo aquilo que for para gerar emprego de qualidade - a educação chinesa melhorou muito nos últimos anos, e eles querem gerar empregos de qualidade - vai continuar crescendo, bem como a área de serviços, a área de serviços financeiros, a área de seguros, a área de comunicação, de telecomunicações e de internet. Há um dado importante: 35% do comércio chinês hoje é feito pela internet. A gente fala da Alibaba, que é uma empresa de tecnologia extraordinária. Não há nada paralelo no mundo. A Amazon, comparada com a Alibaba, é nada! A frota de aviões que a Alibaba tem para distribuir a logística no mundo inteiro é um negócio extraordinário.

Trata-se de eficiência. Ou seja, o chinês deu um pulo enorme em termos de produtividade, em termos de eficiência, em termos de uso de tecnologia em relação a praticamente todos os países do mundo. Eles estão lá na frente em muita coisa. Essa é a realidade da China. Fala-se que a China tem problemas. Tem. Todo mundo tem problema. Agora, eles sabem onde estão os problemas, estão agindo para corrigi-los e vão continuar crescendo.

Quanto à questão de *commodities*, sempre se coloca o seguinte: o preço de *commodities* - tentando entrar um pouco mais neste assunto - se dá em cima da demanda chinesa. A demanda chinesa não caiu tanto em nenhum tipo de *commodity*. Ela cresceu em *commodities* agrícolas. Proteínas, por exemplo, eles estão comprando mais. Se formos olhar a questão do cobre, eles continuam comprando 60% do cobre produzido no mundo. Eles continuam comprando 60% do minério de ferro produzido no mundo. Eles continuam comprando níquel. Tudo que é *commodity* eles continuam comprando. Só que, quanto ao preço das *commodities*, além da demanda, existe a questão da oferta. Vários projetos entraram em operação projetando um crescimento chinês *ad aeternum*, ou seja, um crescimento chinês de 10%, de 12%, de 15% durante 50 anos. Isso não vai acontecer. Isso vai reduzir. Mas a realidade é que vários produtores não competitivos entraram no mercado para abastecer a China.

Outro fator que ajudou os preços a subirem fortemente foi que o dólar, de 2007 até 2012 ou 2013, ficou muito fraco, em função da crise americana. Em cima da taxa de juros, em cima de *quantativising*, o preço do dólar caiu em relação a outras

moedas. Quando o preço do dólar está baixo, o preço de *commodities* está alto; quando o preço do dólar está alto, o preço de *commodities* está baixo. É o que estamos passando hoje.

Então, o ritmo de crescimento chinês não mudou, a demanda chinesa não mudou. O consumo de aço na China, no ano passado, caiu 2%. Mas a China, da crise de 2007 até aqui, fez com que crescesse de 50% a 60% a produção e a demanda de aço, enquanto a Europa nem sequer recuperou o período pré-crise de 2007. A Europa está lá embaixo.

Então, para efeito de *commodities*, todos nós temos de prestar atenção no seguinte: a oferta cresceu? Cresceu. O *shale gas*, nos Estados Unidos, inundou o mercado de petróleo no curto prazo. O preço do petróleo cai, o que interfere no custo de produção das mineradoras, de forma geral. Com o custo caindo, o preço tende a descer. O dólar se valoriza, e o preço tende a cair mais ainda. Então, não é só a China. A China é e vai continuar sendo o grande destino das exportações de *commodities* do Brasil e do mundo inteiro. A China vai continuar sendo o destino de vários produtos produzidos no Brasil, industrializados ou não. A China vai ser um grande concorrente de todos os países do mundo no mercado internacional em praticamente tudo, porque eles têm escala, eles têm custo competitivo.

Fundamentalmente, o que vejo nas nossas discussões é que o mundo hoje depende muito da China. As grandes empresas dependem do lucro gerado na China, as grandes empresas dependem do crescimento chinês para poderem continuar crescendo, porque se as grandes empresas europeias não tivessem investido na China, há anos, elas não estariam crescendo, não teriam resultados hoje, porque a Europa continua ruim. Não está bem, não cresce, não gera lucro, é cara, é uma plataforma cara de produção. Então, as grandes empresas estão na China produzindo e exportam para o mundo inteiro, inclusive para nós, produtos que compramos no dia a dia. No dia a dia, há um produto chinês lá dentro, embutido, assim como também nós exportamos muitas coisas para eles.

O que eu coloco é o fato de que o mundo inteiro está rezando para a China. A China está fazendo o dever dela. Ela sabe o que está fazendo, ela segue um planejamento, vai continuar crescendo, tem capital, tem tecnologia, tem mão de obra, tem *know-how*, tem escala e tem que ser parceira do Brasil necessariamente. Nós não podemos fechar os olhos a essa realidade. A China é uma parceira, vai continuar sendo; tem que ser uma parceira nossa e do mundo inteiro.

Commodities? Vão continuar comprando do mesmo jeito. O preço caiu por causa da China? Não só por causa da China. Caiu em função de dólar, de recessão em outras partes do mundo, de uma redução da taxa de crescimento. Imaginem, um país que crescia, a cada três anos, uma Alemanha e que vai crescer agora, a cada quatro anos, uma Alemanha não está tão ruim assim! Não sei se o problema está lá ou se o problema está em outros lugares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Agnelli.

Nós vamos começar agora, então, a segunda parte da nossa reunião, que é dedicada à interpelação dos Senadores.

Tem primazia a Senadora Gleisi Hoffmann, porque foi ela que tomou a iniciativa da convocação, do convite para esta fascinante audiência pública.

Nós estamos recebendo já - vou também comunicar aos nossos convidados - perguntas que vêm pela internet.

A primeira pergunta é se existe alguma perspectiva de cooperação sino-brasileira na área de defesa e segurança. Interessante!

E a outra é uma pergunta especificamente dirigida ao Sr. Roger Agnelli, sobre como um dos formuladores da estratégia dos Valemax e como comenta a relação dos chineses e a estação da Vale, assim como o desfecho desse assunto. E pergunta quais foram as perdas da Vale.

Esta é uma pergunta que chega pela internet.

Eu queria propor o seguinte: fazemos uma rodada de intervenção dos Senadores e, depois, eu passo a palavra aos nossos convidados.

Eu vou propor 13h como horário de encerramento da nossa reunião.

Já estão inscritos a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Ferraço, o Senador Anastasia, o Senador Cristovam Buarque e também o Senador Jorge Viana.

Muito bem, peço aos nossos colegas que sejam sucintos nas suas indagações para que possamos, então, ouvir os nossos convidados.

Senadora Gleisi Hoffmann, por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente. Aliás, também quero reconhecer que V. Exª deu um reforço ao meu requerimento para esta discussão, acertado, com certeza. No primeiro momento, tínhamos solicitado a presença do nosso Embaixador Graça Lima, que quero saudar. V. Exª propôs também

que aqui tivéssemos o Embaixador Sérgio Amaral, a quem também quero fazer uma saudação, assim como ao Dr. Roger e à Sr^a Larissa.

De fato, nós tivemos uma aula sobre China aqui fantástica! Muito boa mesmo. Acho que isso mostra o acerto do Brasil nesses últimos anos, de ter iniciativa para melhorar essa relação com a China, abrir esses mercados e, realmente, apostar nessa via. Acho que é muito importante. E não tenho dúvida de que temos que continuar fazendo isso. A China é estratégica para o nosso desenvolvimento.

Claro que quando ouvimos falar das maravilhas que os chineses alcançaram, em termos de planejamento, produtividade, obviamente que temos também que ressaltar a questão cultural e como as coisas são feitas na China.

É óbvio que o padrão de desenvolvimento lá colocado, no Brasil não seria possível. Então, cada um de nós tem os nossos problemas e os nossos desafios, mas tenho certeza de que cada um de nós também tem grandes oportunidades e condições de melhorar. Acho que essa relação com a China é fundamental e me parece muito importante já estarmos numa terceira fase desse relacionamento, que está muito mais avançado do que era a primeira, que se referia a apenas abastecer o mercado chinês.

Obviamente que temos uma dificuldade na pauta exportadora que não ocorre só com a China, quanto às questões de produtos primários. Então, não podemos também ficar só olhando para esse problema em relação à China. Com certeza, a China é uma grande compradora e que traz resultados concretos na nossa balança comercial. Acho que nós não temos que rever isso, nem achar que isso é um problema; talvez tenhamos que ver como é que avançamos. Então, é nesse sentido que eu queria fazer algumas perguntas aqui.

Por exemplo, nesse cenário, há uma mudança da estratégia de desenvolvimento chinês claramente, e aí eu acho que é muito importante frisarmos aqui o que todos os senhores foram unânimes em falar: esse crescimento menor da China não implica necessariamente um problema para nós. A China vai continuar consumindo, vai continuar demandando. Nós temos que qualificar a nossa forma de nos inserir. Então, quais são as oportunidades que nós temos, diante dessa mudança do desenvolvimento chinês? E como poderíamos superar as assimetrias nessa relação?

O Embaixador Sérgio Amaral falou, por exemplo, das taxas de importação que os chineses cobram, 2% para a soja, 2% para o óleo. Inclusive, eles têm interesse de fazer investimentos aqui para a infraestrutura, já que estarão com essa área lá sem demanda interna. Nessa nova relação, nós não teríamos condições, por exemplo, Embaixador Graça Lima, de procurar negociar e minorar essas taxas, para trabalhar essas assimetrias que nós temos nessa pauta de exportação?

E, sobre a questão da infraestrutura logística e energia, como podemos contribuir para essa mudança? De fato, quando eu estava na Casa Civil, iniciamos uma conversação com a China sobre a questão do PIL (Programa de Investimento em Logística), nós estivemos lá, visitamos várias empresas estatais, Ministério dos Transportes, ferrovia, e a primeira coisa que nos disseram é que queriam muito era a questão da mão de obra, porque eles queriam trazer.

Quanto a vender, obviamente, eu também não vejo problema de comprarmos, porque não temos trilhos, enfim, a tecnologia deles. Mas queriam trazer. Então, esta mudança qualitativa já é boa, a da engenharia para os técnicos. Como podemos avançar nisso?

Eu não sei se é um problema nosso só de não colocar os editais, e há também agora a questão para eles fazerem os estudos também - não é, Embaixador? - das ferrovias. O que acho fundamental é eles participarem desse processo. Nós não temos *expertise* nisso, e esse é um grande gargalo que nós temos no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Eu sou a favor de que eles venham para cá.

E aí gostaria de perguntar algo que sei que pode ser um pouco delicado, mas eu acho que é importante trabalharmos. Estive recentemente em Taiwan, que tem uma relação com a China politicamente mais delicada, mas comercialmente aberta; o número de voos que eles têm, a pauta... E, recentemente, inclusive os Presidentes se encontraram, e foi muito interessante, porque uma das pessoas com quem estávamos conversando sobre isso, um empresário, disse: "Olha, grande parte dos investimentos que os chineses fazem no mundo, Taiwan ajuda a mediar, até porque nós temos mais facilidades de relação." A China é muito estatal também, tem várias amarras. E eu queria perguntar como os senhores veem essa participação de Taiwan nesses negócios chineses e como nós poderíamos nos beneficiar dessa relação.

E, por fim, eu queria fazer duas outras perguntas: uma em relação às reservas. A China hoje tem quase 3 trilhões em reservas; e preocupa-se obviamente com a hegemonia do dólar, como reserva internacional de valor. Cerca de 70% das reservas internacionais são em dólar, ao passo que o peso decrescente da economia americana no mundo é de 25%. O dólar é a moeda de troca em mais de 80% do comércio mundial; o euro é praticamente o restante disso.

O Brasil também se preocupa com a guerra cambial e, no plano regional, queremos estimular as trocas em moedas locais. Na ocasião da assinatura dos acordos em debate dos dois países, ambos os países anunciaram que também vão utilizar um mecanismo de pagamento em moedas locais, com R\$60 bilhões por parte do Brasil e 190 bilhões de yuans pelo lado chinês. Como vocês avaliam essa estratégia chinesa de transformar o renminbi numa moeda efetivamente mundial e quais as consequências que tal estratégia poderia acarretar à arquitetura financeira internacional e também no comércio mundial?

E, sobre a questão do Conselho de Segurança da ONU, por fim, o que isso pode trazer de impacto significativo nas relações bilaterais? Isso realmente tem um impacto, principalmente nas relações de comércio? Isso pode atrapalhar?

Era isso, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Obrigado, Senadora.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e a Senadora Gleisi Hoffmann, autora desse importante requerimento, agradecendo aos nossos convidados pelas contribuições, cada qual do seu posto de observação, trazendo a sua experiência, a sua visão, de modo a proporcionar um ambiente muito amplo daquilo que me parece ser um fato comum. Estamos condenados, no bom sentido da palavra, a buscarmos as melhores estratégias, na medida em que a China, para o nosso País e para o mundo, não é uma ameaça, é uma oportunidade. Portanto, como fazer dessa oportunidade algo que possa se potencializar e possa se traduzir numa conexão não apenas entre o Brasil, mas a região, América do Sul? Nunca esquecendo que o nosso País onde vai, por força do acordo que temos com o Mercosul, certo ou errado, precisa levar os seus aliados. Eu acho que é errado, porque nós perdemos, na prática, a nossa soberania comercial. Nós estamos atrelados a uma prática, pelo Tratado de Assunção, que nos amarra em definitivo, até por conta das diferenças que temos em relação aos países que compõem conosco o Mercosul. E eu não vejo o Mercosul como opção. Não temos outro caminho, que não buscarmos uma aliança com o Mercosul, mas eu acho que nós precisamos rever, por conta das necessidades do nosso País.

Mas, na medida em que essa premissa está posta, Sr. Presidente, como V. S^{as}, sobretudo o Embaixador Sérgio Amaral e o Dr. Roger Agnelli, avaliam a política externa comercial do Governo da Presidente Dilma nos últimos anos? Eu pessoalmente tenho uma avaliação de que a política externa deixou de ser política de Estado e se transformou em política de governo. Está muito mais submetida e muito mais subordinada a questões ideológicas do que ao pragmatismo dos resultados.

E é isso que a gente observa na experiência chinesa, além de planejamento, além de execução, além de disciplina, um absoluto pragmatismo na busca dos seus resultados. Para lembrar aqui Deng Xiaoping, eu não quero saber a cor do gato, eu quero saber se o gato vai caçar o rato. E falo de Deng Xiaoping porque foi quem de fato fez as grandes reformas estruturais que proporcionaram e proporcionam muitas dessas grandes mudanças que a China está vivendo e vai continuar vivendo, até por conta de uma coisa que a gente não deve achar que é surpresa. Se nós fizermos uma avaliação histórica dos últimos 500 anos, a China é hegemônica em pelo menos a metade deles. Não há surpresa em relação à hegemonia da China, em vários ciclos históricos ela é hegemônica sim. Nós, ocidentais, é que achamos que o mundo começa aqui; mas eles acham que o mundo começa lá e estão dando demonstrações efetivas da capacidade de resultados. Enquanto a China cresce 20% e 22% em três anos, nós aqui não crescemos nada em 2014, crescemos menos 3,8 em 2015, e tudo indica que vamos crescer menos 3,5, menos 4% em 2016.

Portanto, eu acho que a China tem que ser olhada como oportunidade, e não como ameaça. Como nós podemos fazer disso uma perspectiva para tirarmos os melhores aproveitamentos?

Então, gostaria de saber qual a avaliação que os senhores fazem da política externa brasileira na relação com a China, que é o caso aqui, porque...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - ... quando a gente observa - já encerrando, Sr. Presidente -, dois grandes acordos estão sendo constituídos neste mundo, à luz desse aparente confronto entre o multilateralismo e as alianças regionais: os Estados Unidos lideram a Parceria Transpacífica, com 12 países, e esses 12 países produzem 40% do Produto Interno Bruto mundial. Essas alianças feitas pela Parceria Transpacífica são nas nossas fronteiras! Quer dizer, Chile, Peru, México estão nessa aliança do Pacífico, e o Brasil absolutamente isolado. Ao mesmo tempo, a China também lidera outra aliança, com os países da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), um acordo de parceria econômica regional que envolve o mundo que está crescendo...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) - ... o mundo que está proporcionando perspectiva e possibilidade de crescimento, com 16 países.

E o Brasil meio que assistindo a tudo isso de cima da montanha, como se isso não tivesse nada a ver com ele, demonstrando, a meu juízo, um absoluto isolamento.

À luz desses fatos, como V. S^{as} avaliam a política externa brasileira? Os números são importantes - evidente que eles são importantes -, mas eles poderiam ser mais importantes ainda. Estamos fadados a uma relação em que vamos continuar sendo - isso não é pouco, isso é muito importante - apenas fornecedores de matéria-prima? Há alguma perspectiva de o Brasil ter uma presença mais forte nessa região?

Claro que nós não podemos - e eu já encerro, Presidente - depositar na política externa todas as soluções e desafios. Há um dever de casa interno que está relacionado às políticas macroeconômicas, que vão de mal a pior. Essa é que é a verdade! Não temos política industrial, não temos competitividade, não temos eficiência, e os nossos embaixadores, os nossos diplomatas e as nossas missões não fazem mágica. O mundo compete entre si, e nós precisamos ser eficientes na competição. Mas o fato objetivo é que nós estamos andando para trás. Ainda hoje, lendo alguns jornais, nós estamos vendo que, em 2020, nós vamos estar com a renda *per capita* de 2010! Portanto, já estamos falando, enfim, de uma década perdida!

Então, à luz desses fatos é que eu gostaria de merecer as considerações de todos os senhores, da Larissa, mas especificamente do Embaixador Sérgio Amaral e do Dr. Roger Agnelli, que vão ficar mais à vontade para fazerem uma avaliação sobre isso que estou falando aqui.

Ao fim e ao cabo - terminando, Sr. Presidente -, quero fazer aqui um testemunho de agradecimento ao Dr. Roger Agnelli: eu fui Vice-Governador do Estado do Espírito Santo, nós assumimos o Espírito Santo juntamente com o Governador Paulo Hartung, numa quadra dramática da nossa história; e nós contamos muito com a Vale do Rio Doce, contamos muito com a liderança do Presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, em parcerias institucionais que foram fundamentais para que nós pudéssemos superar aquela quadra econômica e política de extraordinária dificuldade. Eu quero dar este depoimento e agradecer a V. S^a, que é um leal e correto aliado do povo capixaba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito bem lembrado.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, S^{ras} Senadoras e Srs. Senadores, eminentes convidados, primeiramente, da mesma forma, Presidente, queria cumprimentar V. Ex^a pelo altíssimo nível deste debate. Quero cumprimentar a Comissão e a Senadora Gleisi, pela iniciativa do tema, altamente relevante, e também por ter aproveitado para rever amigos, como o Embaixador Sérgio Amaral e o Dr. Roger Agnelli.

E é claro que eu tenho de fazer coro ao que disse aqui meu colega Senador Ricardo Ferraço, também em relação a Minas Gerais. Meu caro Roger, sempre publicamente manifestei o grande apoio que V. S^a, como Presidente da Vale e como amigo de Minas Gerais, deu ao nosso Estado. Entre tantas e tantas iniciativas, eu me lembrava ali, quando se mostravam as ferrovias, da inauguração do ramal em Pirapora que a Vale fez, de excepcional necessidade para o escoamento da nossa produção agrícola. E também me permita lembrar o prédio da Vale no Circuito Cultural da Praça Liberdade, que foi o primeiro, algo belíssimo com que até hoje se regozijam Belo Horizonte e Minas Gerais, exatamente com essa parceria tão bela.

Mas, meu caro Presidente, a China tem uma história milenar de altos e baixos. Altos muito altos no passado e como agora, e baixos também muito baixos, numa situação humilhante, como aconteceu, por exemplo, ao final do século XIX e início do século XX, com as potências estrangeiras. Mas, durante todos esses milhares de anos da história chinesa, a cultura - como aqui foi dito muito bem pelo Embaixador Sérgio Amaral - sempre caminhou para um regime forte. A cultura, o estilo de vida, a trajetória, a identidade sempre levaram a um regime forte. E a minha pergunta é singela e rápida, e talvez dirigida ao Embaixador Graça Lima, que é o Subsecretário-Geral do Itamaraty nessa área, e é exatamente sobre a questão política interna da China.

É evidente que, com a urbanização, com a vinda das pessoas do campo, com a vinda de novas massas urbanas, com a inserção da China no mercado globalizado, com o acesso à informação, a democracia ocidental, os valores de liberdade ocidentais também contagiam a China e a sua cultura; eu pergunto o que significará isso a curto e a médio prazo, em termos de mudança do perfil chinês, de um avanço democrático naquela nação ainda hoje fechada e com pouca democracia, como

sabemos, uma vez que haverá desdobramentos importantes na economia e na posição geopolítica em consequência da inserção da China naquela região da Ásia e no mundo como um todo.

Então, é quase que uma indagação de curiosidade, porque esses desdobramentos terão grandes efeitos na economia, e aqueles que nos acompanham pela TV Senado tenho certeza de que também têm esta mesma indagação que dirijo, em especial, ao Embaixador Graça Lima, mas, é claro, aberta a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Senador.

Agora eu passo a palavra - parece que foi combinado - ao Senador Cristovam Buarque, no momento em que recebemos a visita do Deputado Roberto Freire, que é também um velho amigo do Embaixador Sérgio Amaral. Viajamos juntos, uma viagem memorável na nossa juventude, em 1965, para os Estados Unidos. E depois trabalhamos, na sequência dessa viagem, na organização de um projeto interessante, um projeto que levantou muito a nossa esperança em relação à alfabetização no Brasil.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, caro Roberto Freire, só um minuto para falar disso que o amigo Aloysio retomou.

Aloysio Nunes, Sérgio Amaral, Roberto Freire e eu, nós quatro, por coincidência, somos membros de uma experiência feita aqui, muitos anos atrás, por uma entidade norte-americana que levou jovens estudantes aos Estados Unidos. No final, levaram setecentos e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Associação Universitária Interamericana (AUI).

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Um dia desses, eu peguei a lista desses setecentos e poucos que foram. É raro um daqueles que a gente não saiba quem é, ou seja, que ficou anônimo. É impressionante. Se você olhar os nomes, eles sabiam escolher pelo menos estudantes - não sei se bons ou ruins - que iriam ter posições na vida pública brasileira. E, graças àquilo, eu tenho a felicidade de ser amigo desses dois há muito tempo; do Roberto, não, porque, como pernambucano, nós éramos amigos em tudo ali na política estudantil, salvo o time, que ele é Sport, eu sou Náutico. *(Risos.)*

No resto, somos amigos há 50 anos.

Sr. Presidente, uma das raras coisas em que discordo com o Darcy Ribeiro é aquela informação dele, que eu acho infeliz, de que "o Senado é um céu". Eu não acredito nisso, mas há manhãs em que parece mesmo. Esta manhã de hoje parece um céu do ponto de vista do estímulo intelectual e talvez, como professor, da visão intelectual que nos inspira. Eu estou muito satisfeito de estar aqui.

Esta reunião foi fascinante, educativa, mas também assustadora, quando a gente olha a visão do Brasil no mundo global que será o mundo chinês, como eu li num livro, há mais de 20 anos, chamado *Os Tigres Assustados*, que dizia que o mundo seria chinês. E aí eu me lembro de uma conversa com um empresário paulista, muitos anos atrás, em que ele me contou que chegou para os filhos e disse: "Eu vou pagar a educação dos netos, mas eu só pago para que eles estudem mandarim." Faz uns 15 anos isso, ou seja, uma visão de longo prazo fundamental.

Então, isso é, de certa forma, assustador para a Nação brasileira. E a grande discussão, a meu ver - e a Senador Gleisi, de certa forma, tocou nisso -, é como conviver com o mundo chinês que vem aí, porque é um mundo que vai continuar, como disse o Roger, importando *commodities*, mas exportando conhecimento pelo desenvolvimento da sua indústria na linha da alta tecnologia. Hoje a gente vê os produtos chineses como quinquilharia, mas, em breve, vai ser alta tecnologia, inclusive espacial. Eles vão passar por todos. Nós vamos depender deles não só na saúde, na Medicina, mas também no fluxo de capital. Eles vão ser os grandes financiadores cada vez mais - e a Dr^a Larissa já tocou nisso.

Eu creio que, do ponto de vista político, eles vão conseguir muitos votos para as Nações Unidas, graças à influência que eles exercem na África, na América Latina, na própria Ásia. Eles vão ser dominantes. E, do ponto de vista militar, eu creio que eles vão terminar sendo um elemento-chave - pela população, pelo desenvolvimento científico e tecnológico -, porque as guerras serão decididas pela ciência e tecnologia, e porque eles têm uma coisa que hoje poucos países têm - dos grandes, só eles; eu li, não me lembro onde, que, "enquanto vocês gastam dinheiro para enfrentar o terrorismo, a gente gasta para desenvolver outras coisas"; pois bem, eles não têm problema de enfrentar o terror. Não sei o porquê, mas, que eu imagine, eles não gastam tanto dinheiro quanto os outros países.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) - Quem é que vai brigar com a China? (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Então, eu acho que é um pouco assustador - no bom sentido, como disse o Ricardo aqui há pouco.

Eu fiz quatro perguntas, uma para cada um.

A primeira é ao Embaixador Graça Lima, que se referiu ao interesse chinês de investir no transporte. A minha pergunta é: eles querem fazer investimento, eles têm o dinheiro; mas nós estamos preparados para recebê-lo, do ponto de vista da instabilidade jurídica, da instabilidade política que nós atravessamos, da baixa qualificação de pessoal que nós temos? Eles querem trazer investimentos, mas nós estamos preparados? Investimento é um duplo jogo entre quem quer investir e quem está pronto para receber o investimento.

No caso do Sérgio Amaral, eu achei muito interessante a posição sobre complementaridade, mas aí vem o meu temor, e aí não é culpa chinesa: será que a gente não vai terminar tendo uma dependência...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - ... como a que a gente via, nos anos 50 sobretudo, de exportarmos comida, ferro e importarmos tudo o que é conhecimento, indústria de alta tecnologia? E a pergunta não é nem essa, porque isso eu acho que vai acontecer; a pergunta é: o que fazer para termos condições de evitar essa submissão do ponto de vista das trocas?

A Drª Larissa eu faço uma pergunta concreta, em que eu venho trabalhando, tentando descobrir, insistindo com os nossos amigos do Mato Grosso, principalmente com o Governador Taques. Eu temo que a China vá fazer com a soja o que fizeram com a borracha no passado. Levaram a borracha para a Malásia, e aquelas cidades tão fortes do Norte se acabaram. Eu temo que, em breve, a soja não seja mais um produto brasileiro, porque o que eu tenho escutado - e aí é a pergunta para a Drª Larissa, mas gostaria de saber também dos outros - é que os chineses estão começando não a comprar a semente que você disse, a Syngenta; não é comprar a Syngenta, é usar a Syngenta para produzir, e, pelo que eu sei, produzir ali em Moçambique, metade do caminho entre a China em relação a nós, e na Sibéria, que é mais perto ainda. Isso procede ou não? Existem hoje investimentos produtivos de soja da China no sul da Rússia, na Sibéria e na África Oriental? Se for, o Mato Grosso está condenado a ser o que foi o Pará e o Amazonas em relação à perda da riqueza que vinha da borracha.

Dr. Roger, finalmente, o que a gente deve aprender, o que a gente pode aprender com a China? Do que a China fez de bom e deu certo, o que a gente pode aprender e que está de acordo conosco? Tem coisa que não vai dar, porque a gente não teve Confúcio, a gente não tem a visão deles na relação, a gente não tem a disciplina e nem vai ter, não vai ser *mano militare*. O que a gente pode aprender com a China? Não para crescer, digamos, uma Alemanha a cada década, mas pelo menos para não regredirmos, como disse aqui o Ferraço há pouco, que é o que está acontecendo hoje.

Essas são as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Eu queria cumprimentar e agradecer à Senadora Gleisi pela iniciativa, e a V. Exª, que a subscreveu. Nós somos tão atarefados, e eu peço desculpas, porque tive que sair; mas, se há audiências de onde podemos sair melhor do que chegamos, são audiências como esta, Senador Aloysio. Nós realmente debatemos um dos temas mais importantes do mundo. A última explanação do Dr. Roger é algo fantástico, porque ele traduz os fatos numa linguagem que nos permite, inclusive, conversar no dia a dia. A exposição de todos foi brilhante, e agradeço por estar aqui e por ter ouvido.

Há vários professores aqui, mas o professor mesmo é o Senador Cristovam. Mas só quero fazer um reparo: o senhor é plantador de seringueira. O Senador Cristovam Buarque não podia cometer o erro, e eu não quero me arvorar ao direito, mas o maior produtor de borracha nestes tempos e em todos os tempos foi o Acre; ele só citou o Pará...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - O maior produtor de borracha aqui sou eu...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - ... e o Amazonas, que a comercializavam. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - ... que tenho uma modesta plantação de seringueira em Gurolândia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Não briguem! Não briguem! Já chega a China.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Mas é só esse reparo.

Eu queria dizer o seguinte: existe algo que eu ouvi em outras explanações e depois vi quando fui à Ásia. A China tem algo também que é extraordinário: ela perde dinheiro com seus vizinhos. A Senadora Gleisi citou Taiwan. A relação comercial favorável a Taiwan é de US\$50 bilhões por ano, com a China!

Senador Cristovam, professor, a nossa regra é "amigos, amigos; negócios à parte"; lá parece que é "inimigos, inimigos; negócios à parte". E funciona. Os vizinhos todos - os tigres e os demais - têm balança superavitária com a China. Eu digo isso para afirmar que a nossa política é exatamente o contrário: nós ganhamos dinheiro de todos os vizinhos e perdemos para os que não são vizinhos, como é o caso da China. Eu acho que é preciso refletir sobre isso quando pensamos o mundo, quando pensamos as relações no mundo. Nós falamos que a nossa maior prioridade são os vizinhos, mas, na hora do negócio, nós ganhamos dinheiro com todos eles. E é muito dinheiro. E perdemos para aqueles com quem nós não temos relação de vizinhança. A China faz exatamente o contrário - e dizem que os frios, nas relações humanas, são eles, os orientais; mas eu acho que é o contrário. Isso é só para refletirmos. O mundo está vivendo uma nova geografia econômica graças à China.

Eu sou do Acre. Trabalhei muito, quando governador, para termos a ligação com o Pacífico, porque imaginávamos ter uma ligação física com os portos do Pacífico. O Presidente Lula ajudou, o Presidente Fernando Henrique foi determinante no começo, inclusive, para dar o sinal. Fizemos uma ligação com os portos do Pacífico, a Estrada do Pacífico, que passa pelo Acre, que nos permite ter uma aproximação melhor com os mercados da Ásia. Esse foi o propósito dela. Obviamente que estamos dando um *bypass* no Canal do Panamá. E a outra alternativa seria passar pelo Estreito de Magalhães, o que seria um pouco mais complexo.

Os chineses agora, quando vieram aqui e estiveram com a Presidenta Dilma, estabeleceram, numa das cooperações, investimentos para a famosa Ferrovia Bioceânica, que tem sido bombardeada pelo pessoal do Pará, que tem os portos; por uma parte de São Paulo - não posso incluir o Senador Aloysio, pois ele nunca falou -, que também tem portos; pelo Paraná. Óbvio que, pensando...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Eu nunca falei isso. Eu sou entusiasta da...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Por isso que eu excluí V. Exª.

Mas acho que temos aí algo que é inevitável. Claro que o Brasil vai crescer, e os portos de São Paulo, do Paraná e do Pará vão seguir tendo muitos produtos para escoar. Mas os chineses certamente imaginam que eles vão fazer relações com o nosso continente e vão ficar dependendo do Canal do Panamá, administrado pelos Estados Unidos. "Será que é um bom negócio a longo prazo?" Certamente é isso. Eles teriam outro canal ferroviário, que ligaria de um ponto a outro, especialmente Mato Grosso e Rondônia, pelo volume de grãos produzidos ali.

Agora, esse é um investimento que certamente não vai sair por conta do governo do nosso País, com todo o respeito. Nem de agora, nem do futuro. Ele sairá por conta dos interesses comerciais dos chineses, pelo interesse de estarem conectados com a base de produção do agronegócio brasileiro, especialmente do Centro-Oeste. E eu me apego a isso.

Eu sou um dos coordenadores da frente parlamentar que dá estímulo aqui a este tema, junto com o Senador Raupp. Diante desse aspecto, se fosse possível, eu queria que houvesse um pouco de comentários, porque, talvez, a maior lição que a China passa para o Brasil... Eu ouvi o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique, que fez o Avança Brasil, nosso PAC - de que fez parte a Senadora Gleisi -, trabalharem nesse sentido. Mas a China continua nos dando uma lição, que é trabalhar as coisas com planejamento, no médio e longo prazo, e nós teimamos em fazer no improviso, no curto prazo, tanto por parte das empresas, que têm que sair correndo atrás dos governos, como por parte dos governos.

Eu queria, se possível, um comentário sobre a mudança da geografia econômica mundial que a China traz e, se não é melhor para o País, como podemos nos adequar.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) - Somos um país de 500 anos, novo ainda. Não seria melhor nós nos diferenciarmos pensando um pouco mais a longo prazo, em décadas, e não apenas em períodos de governos ou anos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Agora, com a palavra o Senador José Agripino.

A Senadora Ana Amélia está se inscrevendo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Em seguida.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Drª Larissa, o Embaixador Sérgio Amaral, o Embaixador Graça Lima, o Dr. Roger Agnelli, a quem quero manifestar a minha alegria em rever depois de algum tempo, e a Comissão por esta soberba audiência pública.

Infelizmente, não tive a oportunidade de ouvir a palavra do Embaixador Sérgio Amaral e do Embaixador Graça Lima, tinha outros compromissos, mas cheguei a tempo de ouvir o final da exposição da Drª Larissa e a palavra do Dr. Roger Agnelli. Ouvi com muita atenção a síntese da manifestação do Dr. Roger e da Drª Larissa no campo da economia e no campo da visão do que significa a China nas relações internacionais, com coisas muito pragmaticamente consideradas. Por exemplo, que a China vinha crescendo, a cada três anos, uma Alemanha, e agora, com o crescimento pífio de 6,5%, cresce uma Alemanha a cada quatro anos.

A minha preocupação é política. Eu estive na China e vi duas coisas marcantes que eu queria contar para os senhores, para depois formular a minha pergunta.

Eu fiz parte de uma delegação de Senadores. O chefe da delegação que nos conduzia não era diplomata, não era agente do governo. Era um general, ex Vice-Ministro da Defesa. A hierarquia na China é, em primeiro lugar, o partido; em segundo lugar, o militar; em terceiro lugar, a classe política. Primeiro ponto.

Eu estava em uma fila pegando o trem-bala. Trem-bala feito em dois, três anos, e que percorre 700km. Incrível, da melhor qualidade. As estações de metrô de Xangai são preciosas: automatizadas, piso de granito, escada rolante, porta de vidro que abre e fecha. Tudo perfeito. Nem em Paris e nem em Nova York tem coisa parecida.

Muito bem. Eu fui em horário de pico para sentir quem eram os passageiros. Parecia que eu estava em Paris. Os passageiros eram estudantes de mochilas nas costas, trabalhadores. Isso em Xangai. Nós entramos na fila. Descemos pela fila normal para entrar no trem-bala. Senador Aloysio, ao nosso lado - eu não vou me esquecer nunca da cena -, havia um grupo de aproximadamente dez velhinhos e velhinhas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Camponeses.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - Camponeses, com uma vara e uma trouxa pendurada na ponta da vara. Parecia que eu estava, trinta anos atrás, no interior do meu Rio Grande do Norte. Eles tiveram o privilégio de entrar na frente do general e de todo mundo. Para mim, isso foi uma demonstração de como as coisas podem funcionar na China.

Muito bem, esse foi um lado. Outro lado foi a nossa visita ao mausoléu de Mao Tsé-Tung. Nós fomos em uma *van*. A Praça da Paz Celestial estava entupida, havia uma fila quilométrica de chineses e de gente do mundo inteiro. A nossa *van* parou na escadaria do mausoléu, nós descemos e entramos direto, furando a fila. A reação das pessoas foi de reverência. Era como se fôssemos autoridades. Ninguém contestou. No Brasil, a vaia comeria no centro. Mas a reação foi de reverência. Esse é um estado de coisas. Os velhinhos tiveram primazia; por outro lado, a população toda reverenciando um privilégio. É outra marca.

Qual é a minha preocupação? A política comanda a economia. Nós estamos vendo isso no Brasil. Nós éramos a sétima economia e estamos indo para o fundo, indo pelo ralo, por questões de ordem política.

Que grande problema eu vi na China? Mobilidade campo e cidade. Há restrições para a mobilidade das pessoas que moram no campo virem para a cidade. E estamos falando de um bilhão de pessoas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) - De um bilhão. Como vai funcionar o equilíbrio do ponto de vista político? Porque democracia na China não existe, existe um regime político forte, de comando, em que o partido político é quem está em voga, os militares estão em segundo lugar e em terceiro está a classe política. E o país se sustenta. Cresce uma Alemanha a cada três ou quatro anos. Só que a Alemanha é aquela história: *piano, piano, si va lontano*. As instituições democráticas dão permanência ao regime. Nos Estados Unidos, a mesma coisa: há equilíbrio de forças. Na China não. Aquilo pode ser um barril de pólvora prestes a pegar fogo. É a locomotiva do mundo, não tenho nenhuma dúvida. Por conta de um modelo, aquilo que planejam eles fazem. Fazem e fazem mesmo. Fazem consumindo do mundo inteiro. Mas e as contestações? E a mobilidade? E a relação entre os velhinhos e os não velhinhos? E a submissão dos que estavam na Praça da Paz Celestial? Isso vai continuar ou não?

É a observação que eu queria ouvir, fundamentalmente do Embaixador Sérgio Amaral. Não quero concentrar a pergunta nos quatro porque ficaria enfadonho, mas gostaria de ouvir a opinião do Embaixador Sérgio Amaral, Embaixador sênior, sem nenhum demérito ao Embaixador Graça Lima, que, se puder também dar a sua opinião, eu gostaria muitíssimo de ouvir, assim como a do Dr. Roger Agnelli e da Dr^a Larissa. Mas, para não ser enfadonho, gostaria de ouvir do Embaixador Sérgio Amaral como vê o equilíbrio político na China, tendo em vista a modesta contribuição que eu dei, de um *voyeur* que lá esteve e presenciou esses episódios.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Obrigado.

Está inscrito o Senador Hélio José. Em seguida, a Senadora Ana Amélia, e encerramos a lista de inscrições.

Por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) - Quero cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann pela grande audiência pública que nos propiciou, o Embaixador Sérgio Amaral, o Embaixador José Alfredo Graça Lima, a Dr^a Larissa, pela competência e capacidade aqui demonstrada, uma pessoa tão jovem - parabéns -, e o nosso querido Roger Agnelli.

Eu sou da área de infraestrutura. Sou engenheiro, trabalhei no Ministério de Minas e Energia por dez anos, exatamente no monitoramento do sistema elétrico nacional, e em várias outras empresas brasileiras.

No Brasil, temos esse gargalo todo na área da infraestrutura, com dificuldade de investimentos. O Brasil ousou apresentar algumas propostas no PIL (Programa de Investimento em Logística), tanto em 2012 como mais recentemente, no ano passado, e no PAC, com algumas ações fundamentais.

Meus colegas de trabalho estão em 15 ministérios, atuando na infraestrutura nacional. Em todos os 15 ministérios, quem contribui são os meus colegas de trabalho, analistas de infraestrutura. Temos procurado desenvolver mais a área de projetos, mas não estou percebendo grande interesse em investir nos projetos que apresentamos nos 15 ministérios.

Eu queria saber de V. S^{as}, assim como de V. Ex^a, Sr. Embaixador, como poderíamos trabalhar para tornar o PIL e as obras do PAC realidade, a fim de atrair grandes fundos chineses para investir no Brasil. O que está pegando, além da turbulência política? Turbulência política, ao longo dos tempos, sempre houve. De um jeito ou de outro, sempre houve. E as pessoas investem. Existe algum gargalo nessa questão que precisamos superar. Eu gostaria de saber, porque existem projetos de qualidade nos ministérios, feitos por pessoas competentes. Essa era a carreira da Presidente Dilma quando ela era ministra, essa era a nossa carreira. Antes não havia esses quadros, agora há.

Dr^a Larissa, uma coisa importante que queremos entender. Eu fiz uma proposta autorizativa para o Governo brasileiro, aqui no Senado Federal, no sentido de criar uma agência nacional de negócios, para atrair capital. O Brasil tem a Apex e a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial). Uma trata do desenvolvimento da indústria local - protecionismo, etc. - e a outra trata de exportações. Mas nós nos esquecemos de juntar esforços para atrair capital e para melhor investi-lo.

Eu queria saber, tanto de V. S^a como do Embaixador Sérgio: se nós conseguíssemos centralizar os esforços do Governo brasileiro para buscar capitais, seria possível tornar esse fato realidade? Muitos dizem que os chineses vêm aqui, especulam, especulam, especulam, depois caem fora e não investem nada, querem apenas ter lucro. Eu queria saber se vai mudar alguma coisa em relação a isso.

O Brasil está anos-luz atrasado em relação à energia. O Brasil é um país enorme, continental, e energia - o Agnelli sabe disso - é fundamental para seu desenvolvimento social, tecnológico e industrial.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) - A China tem previsão de gerar 100GW de energia solar nos próximos cinco anos. O Brasil tem previsão de gerar 3GW de energia solar nos próximos cinco anos. Ou seja, um atraso sem tamanho para um país que tem quase um terço a mais de solimetria do que a China. Como podemos fazer para, de fato, tornar o Brasil competitivo e fazer preço nessa questão dos painéis de captação de energia solar e de inversores em nosso País? Como podemos atraí-los para investir aqui? O que ocorre que os preços ficaram tão baixos lá na China? Porque, realmente, os preços da China são imbatíveis nessa área. E como nós podemos aproveitar a *expertise* deles em nosso País?

Eu teria outras perguntas, mas vou parar por aqui, consultando o nosso atual Embaixador sobre a situação do visto e o que podemos fazer para facilitar o intercâmbio Brasil-China e China-Brasil na área de turismo e tecnologia.

Anteontem, recebi o Embaixador de Taiwan em meu gabinete. Ele me falou sobre o TICK (Taiwan, Índia, China e Coreia), os quatro países que mais investem em tecnologia no mundo. Cada um tem sua forma de trabalhar. No caso de Taiwan, eles têm 1,3 milhão de micro e pequenas empresas e 30 mil grandes empresas, que, juntas, fazem com que aquele país tenha competitividade. Será que essa seria uma boa metodologia para aplicar no Brasil, a fim de podermos desenvolver a nossa micro e pequena empresa, que está estagnada? Eu queria ouvir isso.

Agradeço a todos pela aula e pelo trabalho realizado. Inclusive já peço à Dr^a Larissa suas anotações, que envie por *e-mail* para a minha assessora. E vou requerer também todas as notas desta reunião, para aprender um pouco mais.

Finalizando, Senador Aloysio, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, que neste Congresso tem 400 membros Senadores e Deputados Federais, eu gostaria de promover um *workshop* especificamente sobre infraestrutura, como podemos fazer esse intercâmbio, e gostaria de contar com a colaboração de V. S^{as} e de V. Ex^{as}.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Obrigada, Presidente Aloysio Nunes Ferreira. Cumprimento V. Ex^a e a Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, pela oportunidade do debate aberto, franco, de grande competência e de alto nível, quase um curso de pós-graduação sobre questões relacionadas à China.

Eu queria cumprimentar todos os expositores, que foram maravilhosos.

O Senador Jorge Viana mencionou o nosso permanente dilema de superposição: eu presido a Comissão de Agricultura, havia uma sessão especial no plenário do Senado para discutir doenças renais no Brasil, e outras reuniões acontecendo. Portanto, temos que ter uma capacidade de bilocação que não temos, lamentavelmente.

Ouvi a Dr^a Larissa e fiquei encantada, até por questão de gênero, pois dia 8 de março foi o Dia Internacional da Mulher. Parabéns, Larissa, pela sua desenvoltura e pela sua capacidade.

Os dois Embaixadores eu conheço muito bem, assim como o trabalho do Dr. Roger.

Serei pontual: uma palavra sobre pirataria, o que isso pesa no comércio internacional e a China dentro da OMC.

Nós continuamos em um dilema que eu penso que já deveria ter sido superado. Nos anos 70 e 80, quando eu ia fazer coberturas no Japão, os americanos reclamavam que eram exportadores de matérias-primas para o Japão, e o Japão era, àquela época, a fábrica do mundo, o que é a China hoje, e sem muito alarde. Eles se esforçaram. Os Estados Unidos continuam exportando *commodities* para o Japão e para a China, e as fábricas de carros japoneses estão indo produzir seus carros nos Estados Unidos.

No Brasil, alguns setores continuam defendendo a posição de deixar de exportar *commodities* como soja e minério de ferro. Eu acho que temos que superar isso. Por que somos os maiores exportadores? Porque somos competitivos nisso. E se somos, vamos concentrar. E sabem por que não há valor agregado nisso? Porque é difícil produzir no Brasil. A burocracia é excessiva, a insegurança jurídica é muito grande e há todo um custo Brasil, a que se referiram várias vezes. Isso desestimula o empreendedor a investir para agregar valor aqui dentro. Então, é melhor exportar matéria-prima e fazer o que sabemos, como a Embraer, que sabe fazer aviões. Nós dominamos essa tecnologia extraordinariamente bem.

A última indagação eu gostaria de fazer ao Embaixador Sérgio Amaral. A questão das *commodities* é dirigida ao Dr. Roger. Embaixador Sérgio Amaral, a Argentina, no governo Cristina Kirchner, fechou um acordo muito grande com a China, de que a própria China traria engenheiros chineses para fazer obras no território argentino, e em áreas sensíveis, como no setor energético, por exemplo. Mas até onde eles iriam? Energia nuclear? Pode estar incluída? Eu queria saber o que esse acordo entre Argentina e China pode representar na região em termos estratégicos.

Se V. Ex^{as} puderem responder, são essas as questões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) - Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Encerrada, portanto, a fase de indagações, vamos passar a palavra a cada um dos nossos eminentes convidados para que deem as devidas respostas.

Se V. Ex^{as} me permitem, vamos seguir o mesmo roteiro do início da apresentação.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) - Pois não.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) - Quero apenas aproveitar para, antes de iniciarem as falas, pedir desculpas porque, em cinco minutos, tenho que sair, pois tenho um compromisso. Por favor, perdoem-me a saída. Agradeço muitíssimo a todos que aqui vieram pela exposição. Depois vamos ter também as notas taquigráficas das respostas para que possamos estudá-las.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) - Eu agradeço a Senadora Gleisi, principalmente pela iniciativa de trazer o tema a lume nesta Comissão.

Passo a palavra, portanto, primeiro, ao Embaixador Sérgio Amaral, para as suas considerações.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL - Muito obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, eu queria manifestar a minha satisfação por ter encontrado aqui tantos e tão bons amigos de muito tempo e, ao mesmo tempo, agradecer as perguntas muito pertinentes que foram feitas. Nós precisaríamos, na verdade, de um seminário mais além da audiência para poder comentar várias questões muito importantes que foram levantadas.

Se eu pudesse resumir as questões que foram levantadas em dois pontos, eu perguntaria o seguinte: o que explica a China? Por que razão a China está se tornando, e já é, uma das duas potências mundiais? Na verdade, a nova ordem internacional vai depender da natureza do relacionamento entre os Estados Unidos e a China, se esse relacionamento será de cooperação ou de conflito. Definida essa premissa, e só o jogo de poderes vai definir, a ordem internacional vai se acomodar à nova realidade.

Existem alguns pontos de interrogação: como a China chegou a essa situação? E como, a partir de agora, a ordem internacional vai se desenvolver? Como é que a China conseguiu? Eu só diria o que foi dito aqui na verdade. É a visão estratégica, é o planejamento, é a capacidade de coordenar e é uma economia bastante centralizada.

Qual é a resposta brasileira? Eu acho que, talvez seja simplista, mas eu não vejo outra, nós precisamos ter uma melhor coordenação do relacionamento com a China. A Senadora Gleisi Hoffmann conhece muito bem isso, teve uma função muito importante no Governo. Nós não podemos nos apresentar à China com diferentes visões. Nós precisamos ter uma instância coordenadora. Cada um dos Ministérios trabalha muito bem com a China, mas o que eu acho que falta, eu vejo a imagem do painel de bordo de um avião - os chineses têm um painel de bordo; eles veem cada um dos botões, vermelho, verde, abaixa a temperatura, sobe a altura -, isso nos faz falta. Nós temos uma coisa que é muito importante que é a Cosban, e eu tenho a satisfação de ter sido o primeiro representante nessa circunstância agora do setor privado a participar da Cosban. Eu fiquei muito impressionado com o leque muito amplo que existe e a participação muito ativa, tanto do lado chinês quanto do brasileiro, mas a Cosban não pode ser uma reunião uma vez por ano. É preciso ter algum mecanismo de acompanhamento para que essa coordenação se estenda.

Eu vou responder muito rapidamente a algumas das questões, e a Senadora Gleisi Hoffman, mais uma vez, colocou uma questão extremamente importante, a questão do papel da China nas finanças internacionais. A internacionalização do yuan, o yuan como uma moeda de reserva.

Os chineses têm uma coisa que é muito importante e foi desenvolvida, primeiro, a pedido de Deng Xiaoping, por um acadêmico chinês, que é o Zheng Bijian, que tem a seguinte tese: a emergência pacífica da China. Ela quer que a China, contrariamente ao que aconteceu na história, em que a emergência de uma potência criava grandes conflitos e deslocamentos, que a emergência da China fosse pacífica, isto é, não criasse esses deslocamentos, sobretudo em um momento em que a China tinha e ainda tem uma inferioridade militar.

A teoria da emergência pacífica se aplica também ao campo das finanças. A China sabe que o yuan vai ser uma moeda de reserva. Ela lutou muito para que o yuan estivesse na cesta básica do fundo monetário e conseguiu. Ela fez 40 acordos de *swap* de moedas pelo mundo. Então ela está se preparando, a bolsa de Xangai já é bastante importante, mas ela não tem pressa, porque isso virá naturalmente, como muitas das coisas que os chineses fazem.

Eu queria também comentar, porque o Senador Ferraço fez uma pergunta muito importante, a política comercial brasileira. Essa política esteve, eu acho que equivocadamente, muito orientada para as preferências políticas e ideológicas do Brasil. E isso nos levou a uma situação em que viemos a privilegiar, na nossa região, países como a Argentina, como a Bolívia, como a Venezuela e que se mostraram maus mercados. Nós não tivemos o pragmatismo com que os chineses tratam das suas políticas comerciais e agora nós estamos em uma situação difícil, porque antes era cômodo nós dizermos que nós não temos o acordo com a União Europeia porque a Argentina não quer. Agora a Argentina quer, e nós estamos prontos? Quer dizer, será que nós estamos prontos pra celebrar um acordo com a União Europeia, que vai ter um impacto importante no nosso setor produtivo?

O Senador Anastasia fez uma referência muito importante à questão do modo de produção, aliás é uma tese antiga a história do modo de produção asiático, mais centralizador e mais autoritário. Eu acho que isso continua de certa forma, mas também está se liberalizando. A liberalização da economia se manifesta, por exemplo, no fato de que 25% do produto chinês já estão em mãos de empresas privadas, e esse percentual de 25% é, mais ou menos, o percentual das empresas chinesas que estão no Brasil, mas isso não quer dizer que a China venha deixar de ser uma economia centralizada, porque

está na natureza do sistema que ela vá dispensar a participação central das empresas estatais, porque isso também está na natureza do sistema.

A China tem uma economia centralizada, e isso explica, em boa medida, o seu resultado.

O Senador Cristovam, como faz habitualmente, levantou algumas questões muito relevantes, e eu queria comentar um pouquinho o susto que ele menciona em relação à China, que é o susto que todos nós vivemos, porque a China não só cresce economicamente, como ela tem uma influência crescente no cenário internacional e é a única potência que está em condições de desafiar os Estados Unidos, em uma relação que se torna cada vez mais complexa, e não foi por acaso que os Estados Unidos transferiram, na política do pivô, suas forças militares mais importantes para Ásia e, ao mesmo tempo, fizeram o TTP para conter a expansão da economia chinesa. Portanto, eu acho que essa observação é muito pertinente.

Agora, o Senador Cristovam levantou também a questão se nós não estamos caminhando para o que seria uma espécie de relação colonial com a China. Essa pergunta é muito importante, e eu acho que ela precisa ter maior clareza nas conversas que existem em nível de governo e de setor privado. O problema, a meu ver, não é nós vendermos *commodities*. Se nós reclamamos da Europa que não compra os nossos produtos agrícolas, nós não podemos nos queixar da China, porque compra. O problema é que nós não estamos conseguindo agregar mais valor aos nossos produtos.

E aí eu só vejo uma possibilidade, e essa possibilidade está no agronegócio e está na parceria entre empresas brasileiras e chinesas para fazermos juntos a agregação de valor, porque sozinhas as empresas brasileiras não conseguem.

A BRF Foods, que é uma grande multinacional brasileira, exporta muito para China, criou um escritório para fazer distribuição na China e conseguiu, mas, quanto ao processamento, ela está buscando um parceiro chinês para fazer junto, porque as diferenças nos mercados são muito grandes, inclusive no que diz respeito à produção. Comercialização eu acho que é possível; na produção, nós, até agora, não tivemos um êxito.

O Senador Agripino levantou outra questão muito importante, da hierarquia existente na China, que, a meu ver, é inteiramente correta e, no topo dessa hierarquia, está o Partido Comunista Chinês, mas, em segundo lugar, estão os militares. É muito interessante que, se nós formos comparar a grande emergência dos Estados Unidos no pós-guerra com a emergência que ocorre hoje, nós veremos que as empresas, curiosamente, de uma forma muito paradoxal, tanto em um país quanto em outro, estão adotando estruturas de organização que são militares; a ordem hierárquica, a visão estratégica, a centralização. E eu acho que é muito interessante porque a China está fazendo isso, os Estados Unidos fizeram isso e, depois, com o tempo, isso se perdeu, mas, em uma fase inicial, isso era uma realidade.

Só para terminar aqui, rapidamente. Eu acho que eu terminei praticamente. Eu gostaria de dizer, em relação aos comentários muito procedentes da Senadora Ana Amélia, como sempre, que eu acho que essa questão com a Argentina é muito complicada. É muito complicada, em primeiro lugar, porque existem acordos secretos que nós não conhecemos. Eu não tinha conhecimento de que esses acordos preveem a possibilidade de mão de obra chinesa, mas o que eu sei é que esse acordo de US\$18 bilhões prevê a possibilidade de a China participar, de as empresas chinesas participarem de obras de infraestrutura sem a necessidade de licitação e com vantagens comerciais que são superiores àquelas que os parceiros da Argentina e o Mercosul têm. Portanto, essa é uma questão.

O novo Presidente da Argentina diz que quer reabrir e discutir esses acordos secretos, e eu não sei muito bem como haverá essa conciliação entre os compromissos que a Argentina assumiu com a China e os compromissos que ela tem no Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) - Obrigado, Embaixador Sérgio Amaral.

Passo a palavra, portanto, ao Embaixador Graça Lima.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu devo, em primeiro lugar, um agradecimento que peço desculpas por já não ter feito no início da apresentação; primeiro à Senadora Gleisi Hoffmann, que é responsável pela primeira convocação desta dessa audiência pública, desde 2015. Desde então eu estava na expectativa de vir aqui, comparecer e, portanto, sou grato pela oportunidade. Mais algum tempo, mais algumas semanas e eu já não poderia estar na condição em que estou, de servidor público, já que o meu prazo de validade expira dentro dessas próximas seis semanas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Nossos protestos, Embaixador.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA - Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu agradeço naturalmente ao Presidente da Comissão, que foi o responsável pelos requerimentos que se seguiram ao requerimento da Embaixadora Gleisi Hoffmann e que permitiu que esta reunião então se realizasse, com a presença, como eu já disse, de tão ilustres especialistas nesta matéria: relações Brasil-China, evolução do comércio, evolução dos investimentos, enfim, muito esclarecedora para todos nós. China é um eterno aprendizado.

Eu estou há dois anos e meio praticamente nesta função de Subsecretário para a Ásia, Oceania, BRICS e IBAS, e aprendi muitíssimo. Sinto-me um pouco como o Comissário de Relações Exteriores da União Europeia quando disse que, depois de três anos em Bruxelas, não tinha realizado muita coisa, mas apreendido muitíssimo. Eu me sinto um pouco dessa maneira. Até hoje eu tenho curiosidade para desvendar não o mistério que é a China, mas para onde a China vai, com algumas tentativas apenas de responder às perguntas, por exemplo, como a sua, Senador Anastasia, com relação a como vai evoluir a política interna chinesa no curto e no médio prazo.

É um tema de que a gente se ocupa quase que diariamente e com grandes esforços, com auxílio, naturalmente, da nossa Embaixada e de outros setores da sociedade para ir se adaptando, enfim, e também tirando o melhor proveito possível do que eu considero - aí, com todo respeito à crítica do meu querido amigo, Embaixador Sérgio Amaral - com alguma visão estratégica sim, que se manifesta através do plano de ação conjunta que existe entre Brasil e China e que vai sendo renovado, através de um melhor aparelhamento da própria burocracia nossa e com marcos jurídicos claros e tendentes a dar seguimento, a implementar esses acordos e essa intenções.

Evidente que as estratégias têm de, necessariamente, ser diferentes. O Brasil não é a China, longe disso, mas nós temos uma história para contar e nós temos também alguma clareza com relação ao que nós desejamos em matéria de inserção na ordem econômica internacional, que está sempre cambiando, e nas próprias correntes de comércio internacional, haja vista essa questão apontada pela Senadora Ana Amélia no sentido de que nós somos competitivos no agronegócio, temos nossas dificuldades internas, mas é um setor que tem de necessariamente se expandir e melhorar, como têm feito outros países, sem descurar naturalmente de uma maior atenção à necessidade de crescer com uma industrialização mais equilibrada.

Com relação ao tema específico levantado pela Senadora Gleisi Hoffmann, da escalada tarifária, mencionada pelo Embaixador Sérgio Amaral, na sua exposição inicial, o problema aí é onde negociar. É o foro.

É evidente que não só na China, mas em todos os países que têm indústrias processadoras, elas, de certa maneira, têm dificuldades em aceitar comprar o produto processado. É uma batalha que a gente continua fazendo, mas tem de fazer na OMC, e a OMC não progride e não há instrumentos bilaterais para que isso aconteça. É verdade que pode haver uma perspectiva de melhores condições de acesso ao mercado para produtos agrícolas processados em outros foros, como o TPP, por exemplo, acordo que, por várias circunstâncias, também já foi aflorado aqui, o Brasil não tem participado, não tem podido participar.

De qualquer maneira, eu lembraria que, historicamente, quando a China entrou na OMC, nós fizemos um esforço com resultados bastante concretos, bastante visíveis, de obter melhores condições de acesso e não só para os produtos nossos de interesse exportador, mas aqueles que a gente poderia vir a desenvolver, e a tarifa baixa para produtos agrícolas é resultado desse esforço. De modo que isso não pode deixar de ser levado em conta.

Com relação aos estudos de viabilidade para projetos de infraestrutura, construção de ferrovias especificamente, evidentemente que os chineses estão certamente engajados nesses estudos e estão, enfim, interessados, já que eles vão ter de participar de concorrência, de licitação em que esses estudos demonstrem não só a viabilidade, como a capacidade que têm para poder executá-los.

Quanto à participação de Taiwan, enfim, quanto à relação entre China e Taiwan, o que pode se dizer é que, desde 2008, essa relação, com todos os seus ingredientes políticos, tem sido muito melhorada, para dizer o mínimo. Evidentemente que as duas entidades disputam, às vezes, mercados no exterior, mas, entre si, a história vai dizer se e quando haverá algum tipo de unificação. Os sistemas, hoje, são diferentes, mas é possível que, com o tempo, eles se tornem cada vez parecidos, de modo que isso não deixa de ser também alvissareiro e promissor.

De acordo com esse raciocínio que faz o Roger de que todos nós rezamos pela China, como eu dizia ao Presidente Aloysio, por diferentes motivações, de qualquer maneira, rezar nunca é mal.

O Senador Ricardo Ferraço me eximiu de dar alguma resposta ou fazer algum comentário a respeito da política externa brasileira. Em síntese, muito rápido, eu diria que a política externa brasileira, sem nunca ter deixado de ser suprapartidária, atende a interesses permanentes do Estado brasileiro, e a relação com a China está perfeitamente inserida nesse específico contexto.

Eu diria, um pouco também para me referir às críticas com relação à falta de preparação do Governo brasileiro para esse casamento com a China, que, em um espaço de poucos anos, nada menos que nove visitas presidenciais, em nível de chefe de Estado, de governo - estou falando desde 2004 -, nove visitas em nível de chefe de Estado ou de governo foram realizadas. Isso não é pouca coisa, levando em conta, inclusive, que, em cada uma dessas visitas, foram assinados acordos importantes. Há uma questão de implementação, sem a menor dúvida, mas essa é a tarefa, enfim, dos dois governos, que têm, obviamente, interesse em levar avante.

Proximamente, ainda este ano, em setembro, junto, *back to back* com a reunião do G20, a Presidente Dilma Rousseff vai à China, em visita oficial, dar seguimento justamente a esse plano de ação conjunta Brasil-China para 2015 a 2021. Há, naturalmente, dentro desse plano estratégico, a ampliação do número de estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar carne para o mercado chinês, o incentivo à participação de empresas chinesas em projetos de infraestrutura no País, a diversificação também das exportações brasileiras à China, sendo que esse também é parte do nosso dever de casa.

Com relação à sua questão, Senador Anastasia, tendo mencionado que a China tem uma história milenar de altos e baixos - o que é perfeitamente pertinente e correto como observação -, se a política interna vai ou não mudar no curto ou no médio, essa é uma pergunta de difícil resposta, mas, como eu disse, todos esses acontecimentos, todas essas transformações têm sido seguidas. O que se observa é que, no discurso de posse do Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido Comunista, foram delineadas claramente as prioridades do Governo: em primeiro lugar, atender as demandas sociais; depois, combater a corrupção; e, finalmente, reconduzir a China ao *status* de grande potência. Se levarmos em conta esses três, é evidente que o sistema também tem que se adaptar às novas condições em que é preciso integrar um mercado de trabalho, é preciso atender às necessidades de consumo de uma população de 1,3 bilhão de almas.

O governo chinês, é evidente, dá ênfase a esse chamado "sonho chinês", conceito do "sonho chinês", que é associado ao grande rejuvenescimento da nação e que visa à construção de uma sociedade - eles falam - moderadamente próspera, os planos são realistas nesse sentido. Aprofundar reformas. O termo "reforma" tem cada vez sido mais empregado no discurso chinês. Implementar o Estado de direito. Isso está nos discursos. Aumentar a disciplina partidária.

Eu não sei se no curto ou no médio prazo, Senador, mas, no longo prazo, essa é uma visão que corresponde às nossas melhores expectativas com relação ao que será, ou ao que já é, pelo menos hoje, a segunda potência mundial.

Enfim, tenho aqui uma observação da Senadora Ana Amélia. Outro dia, estava folheando o meu álbum de fotografias e nos vimos juntos em outras encarnações, em outros avatares. Eu tenho muita saudade dessa época em que ambos fazíamos esforços grandes para poder chegar - inclusive, fizemos alguns progressos - a esse ponto em que o Brasil precisa se integrar melhor, precisa buscar mercados, obter melhores condições de acesso.

Evidentemente, o momento atual é de retomada do crescimento, mas sem descuidar das nossas necessidades externas, e é um pouco esse o nosso dever e a nossa tarefa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) - Embaixador Graça Lima, permita-me; permita-me, Presidente, para não comprometer a sua imagem nessa revelação.

Quero dizer que a revelação feita pelo Embaixador Graça Lima se refere ao fato de que, antes de eu ser Senadora, eu era jornalista e, em muitas missões internacionais, eu o acompanhava como repórter e transmitia para os leitores, ouvintes, telespectadores do Rio Grande do Sul o que estava acontecendo nas muitas missões em que o Embaixador Graça Lima era a figura central no campo econômico e também no campo diplomático.

Muito obrigada.

Só para não criar problemas para o senhor.

O SR. JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA - Não me sinto comprometido, Senadora, por nada, ao contrário.

Eu não tenho orgulho, porque orgulho é pecado, mas eu tenho muita confiança e, além de confiança, eu tenho muito gosto, muita alegria por ter podido servir ao País durante, agora, 48 anos, e aproveito para sentimentalmente me despedir aqui da Comissão, em que fui sempre tão bem tratado, não só ao ser sabatinado pela Comissão, como participando de audiências públicas e sendo ouvinte em sabatinas de colegas meus.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Qual a ordem que o Senador Anastasia havia estabelecido?

Roger Agnelli, por favor.

O SR. ROGER AGNELLI - Bom, quero fazer alguns comentários em relação a *commodities*, o que a Senadora Ana Amélia levantou.

Fundamentalmente, eu tenho uma convicção grande: o Brasil ser exportador de *commodities* ou ser exportador de produtos primários não nos diminui em absolutamente nada, até mesmo porque nem todos os brasileiros imaginam o grau de tecnologia que há no agronegócio brasileiro. O Brasil é o único país tropical que domina completamente as espécies tropicais mais produtivas que existem. Ninguém tem a soja que nós temos no Brasil, a semente de soja, o milho, a cana. Isso tudo é tecnologia.

Aí se pergunta: "Mas deveríamos processar essas matérias-primas aqui dentro?" Há um ponto para o qual gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a que é o fato de que o custo de capital é que tem penalizado o Brasil enormemente nessas últimas décadas, para partir para a verticalização ou para partir para processar as coisas. O custo de capital é determinante. O custo de capital na China hoje é muito menor do que o custo de capital no Brasil.

O outro ponto é o custo de energia. É um outro fator determinante para se produzir, ou manufaturar, ou processar, ou o que for. Então, eu acho que esse ponto é importante.

Commodity não significa falta de tecnologia ou minimiza a atuação de um país no contexto global. As grandes potências são, foram e cresceram em cima de exportação de matéria-prima: Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, a própria China já foi e é ainda - hoje, não, porque ela consome tudo - exportadora de *commodities* também.

Agora, o fato é o seguinte: o Brasil, em termos de *commodities*, tem um grau de tecnologia que o coloca à frente de praticamente todos os países do mundo, em relação à *agrobusiness*, por exemplo. Os Estados Unidos não competem conosco no custo da soja, não competem conosco no custo do milho, não competem conosco no custo de várias outras matérias-primas que desenvolvemos.

Em relação à China, à questão de democracia, evidentemente não seria esse prazo. Eu brinco eventualmente quando alguém me pergunta: "A China está no caminho de uma democracia plena?" Ela está no caminho de uma democracia plena, mas, nos próximos 2 mil anos, ela deve chegar lá. No fundo, o que está acontecendo na China?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Dois mil anos... *(Risos.)*

O SR. ROGER AGNELLI - Mas 2 mil anos é curto prazo, médio prazo. O fato é que o ambiente está sendo preparado para isso.

Eu queria dar um depoimento muito importante também para saberem um pouco sobre a cultura chinesa. Nas operações que nós tínhamos na China, pelo menos as que eu olhava na época da Vale na China, uma coisa é fundamental para o trabalhador chinês ou para o chinês propriamente dito ou chinesa: a figura do líder. Numa planta onde se produzia níquel, o líder tinha que ser identificado, e todos seguiam aquele líder. Se tirar o líder do chinês, ele se perde, o chinês tem que ter o líder para seguir.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGER AGNELLI - Isso é cultural. É absolutamente cultural. É bonito de ver, porque, no escritório, ninguém podia falar nada contra o líder, em público, de forma nenhuma. O líder era respeitado, todos seguiam aquilo que o líder falava, ou o chefe falava, o chinês tem muito disso.

Quer dizer, é difícil para nós, ocidentais, entender exatamente o que se passa ou como é a condução desse processo todo. Num país de 2 bilhões de habitantes, 1,8 bilhão, o que for, não é simples um processo de transformação, ou de evolução, ou de mudança de conceitos e de tudo mais. Eu acho que isso tem ser levado com muito cuidado, e o governo chinês tem feito, de alguma forma, com bastante sucesso.

Os direitos humanos na China hoje têm um espaço, um caminho muito grande ainda para avançar, mas muito melhor do que era 20 anos atrás, do que era 30 anos atrás, ou 40 anos atrás, quer dizer, eles estão numa evolução.

A questão do Conselho de Segurança da ONU, a questão da moeda. No chinês, no povo chinês, em qualquer indivíduo chinês, há o senso de grandeza, o senso de orgulho, o senso de pátria, o senso de conjunto, o senso de nação, todos lutam por um objetivo. Então, quando se fala que vão buscar de 6,5% de crescimento a 7%, se não der 6,5%, todo mundo fica deprimido. A China inteira fica deprimida, porque todos lutam para que a China chegue à meta de 6,5%. É interessante esse senso de nação, de conjunto, de objetivo da sociedade. Isso é bonito de ver no povo chinês como um todo.

Há as diferenças? Há as diferenças. Há as disparidades renda? Eles têm todos os problemas que todos os países têm, mas eles estão administrando. A China veio com um projeto de um país grande, de uma potência grande, é isso que eles estão construindo, é disso que eles estão em busca.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Inclusive, desmontando praticamente o time do Corinthians. *(Risos.)*

O SR. ROGER AGNELLI - Levam. Quando eles querem entrar no futebol, eles levam. Não sei se levam os melhores, mas eles levam, limpam tudo.

Então, eu acho que, de modo geral, o que eu queria comentar com relação às perguntas foi isso.

Quero falar sobre um *e-mail* que me mandaram em relação ao projeto da Vale, o Valemax, em que nós mandamos os navios para a China. Naquela época, o grande problema que tínhamos nem era tanto a produção, o volume de produção

de minério, mas, sim, mandar esse minério para a China. Chegou-se a um ponto em que o minério de ferro na China era vendido a US\$180, e o frete Brasil-China custava US\$100, ou seja, dos US\$180, US\$80 ficavam com a Vale, e US\$100 ficavam com os armadores, e fundamentalmente os armadores chineses, fundamentalmente a Cosco, que, a cada tonelada exportada pela Vale, ficava com US\$100, que era o custo do frete Brasil-China, porque o cliente contratava. Quando a Vale passou, ou manifestou a posição de construir os navios - era um desafio enorme um navio de 400 mil toneladas -, o frete imediatamente caiu. Então, todo aquele dinheiro que ia para o armador chinês ou para o próprio cliente que contratava esses navios e dividia o ganho da logística passou a ir diretamente para o caixa da Vale, assim o ganho foi extraordinário.

A rigor, a ideia do Valemax nem foi para o transporte, foi para blendagem, que era levar minério de uma qualidade um pouco inferior à qualidade de Carajás e blendar isso na Malásia, para de lá distribuir, para competir um pouco mais diretamente com o australiano. É uma questão estratégica, que ainda continua em desenvolvimento, continua andando, mas vocês podem imaginar por que os chineses não queriam que o Valemax entrasse na China, não é? Estavam perdendo US\$100 de receita por tonelada de minério exportado aqui do Brasil. Então, deu trabalho, mas, hoje em dia, eles aceitam, os portos estão adequados, é do interesse da siderurgia chinesa que esses navios entrem lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Encerrando esta audiência pública então, a Dr^a Larissa.

A SR^a LARISSA WACHHOLZ - Muito obrigada, Senador.

Estou um pouco preocupada, porque todos vocês vão morrer de fome. Então, eu vou ser breve e apenas responder a três perguntas, Senador.

Rapidamente, quanto ao que a Senadora Gleisi Hoffmann havia nos perguntado sobre em que medida as mudanças da estratégia de desenvolvimento na China poderiam representar para o Brasil uma oportunidade, eu gostaria de salientar, reforçar dois pontos que eu acho que são fundamentais, que são justamente o foco no crescimento do consumo interno na China, o que representa para o Brasil uma grande oportunidade de diversificação da sua pauta exportadora.

Eu gostaria de dizer que não tenho absolutamente nada contra *commodities*, eu concordo completamente com a tecnologia embutida nas nossas *commodities* agrícolas. No entanto, eu acho, sim, que é uma oportunidade para que possamos exportar outros produtos, especialmente exportar marcas, que é o que os chineses buscam hoje. Os chineses, como o próprio Roger Agnelli já mencionou, têm grandes dificuldades com a produção de alimentos dentro da China, até por uma questão de credibilidade, já estiveram envolvidos em vários escândalos de alimentos com algum tipo de intoxicação, contaminação, então é importante que o Brasil aproveite essa oportunidade de ser um exportador que pode ser de alimentos, mas de alimentos processados, e de alimentos com marcas, que é o que os chineses buscam hoje. Então, eu acho que crescimento do consumo interno na China representa, para nós, uma grande oportunidade.

Em segundo lugar, a questão de atração de investimento, que eu acho que não pode ser, de forma nenhuma, esquecida, em vários setores. Ainda que salientemos que infraestrutura e agronegócio sejam, do ponto de vista empresarial, os dois setores que mais podem atrair investidores chineses, junto com energia, até em termos de volume, eu gostaria de destacar a necessidade dos chineses de buscar receita em outras áreas, como o setor químico, como o setor de manufaturas de tamanho médio, com empresas privadas na área de energias renováveis, de novos materiais, que buscam oportunidades fora da China e que podem encontrar, no Brasil, parceiros para implementação das suas atividades, tendo o Brasil por base para a América Latina. Então, eu acho que são duas oportunidades que a mudança estratégica de desenvolvimento da China nos apresenta.

Rapidamente, em relação a Taiwan, o Embaixador Graça Lima já desenvolveu sobre isso, acho que, se podemos ter um acesso direto, uma interlocução direta com as empresas chinesas - não estou falando do ponto de vista político, mas do ponto de vista empresarial -, é importante que façamos essa conversa diretamente, sem intermediários. As empresas de Taiwan são grandes investidoras na China continental, foram, junto com Hong Kong, os primeiros investidores internacionais a investir na China continental, a partir do movimento de abertura econômica de Deng Xiaoping. Então, eles são de extrema importância, e muitas dessas empresas são multinacionais de grande relevância: devemos, inclusive, tentar atrair para o Brasil empresas taiwanesas como a Foxconn, que já está presente no Brasil e que é responsável por montar a maior parte dos *smartphones* que os senhores estão utilizando hoje. Então, eu acho que a oportunidade de ter uma conversa sem interlocução é importante e também devemos fazer o trabalho de tentar atrair empresas de alta tecnologia para cá, inclusive taiwanesas.

Em terceiro e último lugar, quanto à pergunta do Senador Cristovam Buarque a respeito da possibilidade de trabalhar, de investir em projetos agrícolas em outras regiões do mundo, levando tecnologia que está sendo adquirida pelas empresas chinesas em várias partes, por exemplo, com projetos na África ou na Rússia, eu acho que os chineses podem fazer, sim,

experimentações em outras regiões do mundo, mas eu não vejo isso como ameaça para a agricultura brasileira e para a relação do Brasil com a China. Eu acho que os chineses, quando começaram o seu processo de investimento fora da China, foram primeiro aos países que eles consideravam mais fáceis, e fáceis no sentido de que eles pudessem fazer uma relação diretamente de governo a governo, sem necessariamente ter um envolvimento muito grande do setor privado, sem ter muitos "problemas locais", entre aspas, por exemplo, onde eles pudessem levar mão de obra chinesa, e não é o caso do Brasil. Então, o fato de eles terem feito essa opção por países que poderíamos dizer que seriam mais fáceis ao investimento chinês de início também se mostrou uma opção que, no longo prazo, não trouxe necessariamente os retornos financeiros esperados.

Uma das grandes diferenças que vemos hoje no investimento chinês no mundo é a sofisticação desse investimento e a busca por países que sejam estáveis, que tenham uma regulamentação favorável ao investimento estrangeiro, na medida em que as empresas chinesas se sentem mais preparadas também para se adequar a essa regulamentação. Então, eu não vejo isso como um risco necessariamente ao Brasil. Eu acho que o Brasil continua sendo uma das opções número um dos chineses para investimentos em agronegócio e logística de exportação do agronegócio no mundo.

O Senador Hélio José fez uma pergunta a respeito da questão da atração de investimentos em energias renováveis, particularmente de painéis solares; como é que a China tem tanto sucesso na produção em baixo custo e como isso poderia se refletir no Brasil. Eu acho que é difícil replicar o modelo aqui no Brasil, na verdade, porque a China consegue produzir em tão baixo custo por causa da escala. As fábricas de painéis solares na China são imensas e têm uma capacidade de produção muito grande. Então isso, aliado à mão de obra barata, faz com que o custo de produção na China seja muito baixo. Seria difícil replicar esse modelo aqui, no Brasil, especialmente no quesito escala, porque, ainda que os nossos setores de energia renovável estejam se desenvolvendo, especialmente no setor de energia solar, ainda temos alguns passos a dar para tornar o nosso mercado mais interessante pela via da atração de investimento.

Nós vemos uma movimentação dessas empresas de energia solar tentando se estabelecer no Brasil, tanto na montagem das placas como desenvolvedora de plantas solares, como investidoras, mas a demanda continua sendo o principal problema. Então, eu acho que a solução para o Brasil seria justamente ter formas de estimular a construção de novas plantas de energia solar no Brasil, para que essa demanda se mostrasse forte e estimulasse a atração de investimentos nessa área.

Por último, a pergunta da Senadora Ana Amélia em relação à pirataria. Eu gostaria de mencionar até o caso do Alibaba, por exemplo, que é uma das plataformas de comércio eletrônico mais importantes do mundo e que é altamente criticada por permitir o comércio de produtos piratas. E tem na China o seu principal concorrente, que é a JD.com (Jingdong.com), que é justamente outra empresa de comércio eletrônico de grande relevância, mas que se posiciona no mercado de uma forma diferente do Alibaba, proibindo a pirataria.

O Alibaba tem alegado fazer - e eu acho que tem feito, sim - algumas campanhas importantes de combate à pirataria. A impressão que eu tenho é de que esse tema vai ser cada vez mais relevante na China e vai exigir do Governo chinês um combate bastante direto, sobretudo porque, na medida em que as patentes chinesas passam a ter maior relevância, passa a ser de interesse do Governo chinês proteger suas próprias patentes. Então, nós acompanhamos esse processo na China. Eu morei na China durante cinco anos e nesse meio tempo houve uma grande diferença no tratamento que o Governo chinês dava a essas questões de pirataria, e continua dando. Então, eu acho que esse problema, ainda que não tenha sido resolvido, está num caminho bastante favorável.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Muito obrigado, Dr^a Larissa.

Como a ata da reunião anterior é do conhecimento de todos, proponho que ela seja aprovada, se não houver objeção. *(Pausa.)*

Está aprovada.

As notas taquigráficas que foram apanhadas pela nossa competente Taquigrafia vão permitir que as intervenções desta audiência pública sejam publicadas no *site* da nossa Comissão de Relações Exteriores, para grande proveito de todos aqueles que se interessam por este tema. E eu chamaria atenção especialmente dos alunos dos cursos de Relações Internacionais.

Agradeço muito a presença dos nossos convidados e a contribuição que deram.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)